



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DESSO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BEATRIZ LAURA SEBASTIANA FERNANDES

**PROCESSOS DE VIOLÊNCIA EM TERRITÓRIOS MINERADOS:  
APROXIMAÇÕES À REALIDADE DE MARIANA – MG**

MARIANA - MG  
2022

BEATRIZ LAURA SEBASTIANA FERNANDES

**PROCESSOS DE VIOLÊNCIA EM TERRITÓRIOS MINERADOS:  
APROXIMAÇÕES À REALIDADE DE MARIANA – MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Profa. Dra. Kathiúça Bertollo.

MARIANA - MG

2022



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Beatriz Laura Sebastiana Fernandes**

**Processos de Violência em Territórios Minerados: Aproximações à Realidade de Mariana – MG**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 21 de outubro de 2022

Membros da banca

Dra. - Kathiúça Bertollo - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dr. - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dr. - Cláudio Horst Miranda - Universidade Federal de Ouro Preto

Kathiúça Bertollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/10/2022



Documento assinado eletronicamente por **Kathiúça Bertollo**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 27/10/2022, às 08:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 27/10/2022, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 04/11/2022, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0418423** e o código CRC **096D8DF6**.

A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.  
KARL MARX

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, minha fonte inesgotável de força e fé. A Ele toda honra e glória! Creio e confio nos teus planos para minha vida.

Em segundo, aos meus pais, Maurício e Crislaine, meu alicerce e minha maior motivação de acordar todos os dias e lutar, obrigada pelo amor incondicional e por me incentivarem sempre a busca pelo conhecimento. É, e sempre será tudo por vocês! Aos meus irmãos, Josemar, Bruno e Guilherme, saibam que amo vocês e estarei sempre aqui pro que der e vier.

Ao meu amigo e namorado, Iago. Gratidão pela paciência diária nesses anos de luta, por todo amor e incentivo.

Aos meus avós maternos Geraldo e Vera pelas orações e por toda torcida. Aos meus avós paternos Agenor e Amélia (in memoriam) que tenho plena certeza que estão imensamente orgulhosos desta conquista.

Aos meus padrinhos Delval e Helena que sempre cuidaram de mim como uma filha, sou grata por tanto carinho e zelo para comigo.

À minha prima Heloísa e familiares e ainda tio Edson (Dico) por todo apoio e recepção quando iniciei minha jornada na cidade de Mariana, Deus lhes abençoe sempre!

À Elenclis e Edilene, não tenho palavras para agradecer o companheirismo de vocês durante a graduação. Vocês tornaram essa jornada mais leve. Mulheres fortes que tanto admiro e amo. Agradeço ainda, às minhas amigas Taianni e Franciele que são exemplos de amizade leal e verdadeira. Obrigada pela escuta diária, compreensão e conselhos. À Marrielly, minha querida amiga de infância, só tenho a agradecer e dizer que amo vocês!

À Pietra que sempre me compreendeu e ajudou, obrigada pelos anos de caminhada, minha irmã. À minhas primas Luana e Rafaela pelo apoio e incentivo.

De maneira especial, agradeço à UFOP, pela oportunidade de me graduar e me qualificar com responsabilidade e humanidade. Ao CREAS - Mariana, por me acolher no momento do estágio e propiciar grandes vivências que marcaram minha vida acadêmica e futuramente profissional.

Obrigada, Júlia Ferrari! Exemplo de profissional propositiva e comprometida com a profissão, foi gratificante e inspirador ser sua estagiária.

Kathiuça Bertollo, professora e supervisora, você foi essencial para a conclusão desta minha jornada.

Por fim, dedico à Cecília e Emanuel, meus sobrinhos, Mariah Clara, amada afilhada e João Lucas, primo ao qual tenho enorme carinho. É, e sempre serão as crianças da minha vida.

Minha tia Sônia (in memorian) que com sua partida me motivou a vencer e desfrutar de cada instante da nossa passagem pela terra.

À toda minha família de forma especial, e ainda a cada um que esteve ao meu lado nessa caminhada, contribuindo por meio de palavras, orações e/ou ações.

Nesse momento sou apenas gratidão, orgulho e felicidade.

**OBRIGADA!**

## **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso discorre acerca dos processos de violência em territórios minerados, dando ênfase à realidade de Mariana-MG. Intenta refletir sobre a conformação sócio-histórica do município enquanto território conformado sob os ditames do capitalismo dependente. Desencadeia uma reflexão sobre o modelo de mineração em vigência na região, que origina e sustenta numerosos processos de violência, evidenciando os equipamentos que atuam no enfrentamento às manifestações de tais violências. Configura-se como uma pesquisa bibliográfica amparada na teoria social crítica afim de compreender as relações sociais bem como os processos de violências decorrentes e próprios do modo de produção capitalista.

**Palavras-chave: Violência, Mineração, Capitalismo Dependente, Mariana-MG.**

## **ABSTRACT**

This course conclusion work discusses the processes of violence in mined territories, emphasizing the reality of Mariana-MG. Intends to reflect on the socio-historical conformation of the municipality as a territory conformed under the dictates of dependent capitalism. It triggers a reflection on the mining model in force in the region, which originates and sustains numerous processes of violence, evidencing the equipment that works to face the manifestations of such violence. It is configured as a bibliographic research supported by critical social theory in order to understand social relations as well as the processes of violence arising from and proper to the capitalist mode of production.

**Keywords: Violence, Mining, Dependent Capitalism, Mariana-MG.**



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - A CATEGORIA VIOLÊNCIA E A REALIDADE DE MARIANA-MG	10
1.1 A categoria violência, as relações sociais e os processos de violência decorrentes e próprios do modo de produção capitalista.	10
1.2 A realidade empírica de Mariana-MG e os processos de violência desencadeados a partir da sua condição e conformação enquanto território minerado.	30
Capítulo 2 - PROCESSOS DE VIOLÊNCIA: O ENFRENTAMENTO E AS RESPOSTAS PÚBLICO-ESTATAIS EM MARIANA-MG.	41
2.1 O Estado na conformação e perpetuação de processos de violência.	42
2.2 Equipamentos públicos do município de Mariana-MG que atuam no enfrentamento às manifestações empíricas da violência.	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65



## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso busca desvelar os processos de violência em territórios minerados, especificamente na cidade de Mariana - MG. O interesse em evidenciar essa problemática surge a partir de um olhar crítico da realidade de Mariana e da percepção de que tais acontecimentos estão inteiramente interligados e ainda relacionados à sua conformação enquanto território conformado sob os ditames do capitalismo dependente.

Tais percepções foram possíveis através da experiência do processo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, da cidade de Mariana - MG. Destaca-se que ao longo dos períodos de estágio, respectivamente I, II e III, ao participar da dinâmica de funcionamento do equipamento através demandas que surgiam e dos atendimentos realizados, foi possível evidenciar que a violência presente e manifesta no município acontece de forma massiva e está atrelada fortemente aos processos da intensa atividade da Mineração na região.

Frente a possibilidade de constatações como estas, o papel do estágio supervisionado se configura para além de ser um elemento obrigatório na formação deste curso de Serviço Social. É o momento em que o estagiário deve buscar compreender as ações desenvolvidas neste espaço sócio-ocupacional de trabalho e ainda observar a realidade de forma crítica que desperte o interesse na construção de trabalhos que contribuam para a atuação dos profissionais da área, bem como a sociedade como um todo.

Delimita-se a cidade de Mariana como área de estudo pelo fato de a mesma apresentar particularidades em seu território em que as situações de violência vêm se perpetuando massiva e historicamente, e recaindo sobre a classe trabalhadora das mais variadas formas. Contexto esse que se conforma por Mariana ser uma região de intensa exploração de minério de ferro, o que impõe à cidade e à dinâmica das relações sociais fortes conformações advindas da mineração extrativista que atualmente triunfa e promove uma influência nos mais variados âmbitos sobre a população.

A mineração extrativista tem promovido intensos danos à população e à natureza. A exploração da força de trabalho através de baixos salários, trabalhos de turnos (que refletem na perda de vida social), degradação do meio ambiente, poluição de rios e nascentes, rompimento de barragens de rejeitos, são algumas das consequências que causam as violações de direitos da classe trabalhadora, e todas estas as inscrevemos como processos de violência.

Através da percepção de tais circunstâncias surge o interesse em evidenciar como se conformam e se configuram estes e outros processos de violência em territórios mineradores, no município de Mariana - MG. Os objetivos de tal elucidação consistem, portanto em: refletir sobre a categoria violência a partir de elaborações que se alinham e partem da teoria social crítica a fim de compreender as relações sociais e os processos de violência decorrentes e próprios do modo de produção capitalista; desvelar, a partir da perspectiva da totalidade, a realidade empírica de Mariana-MG e os processos de violência desencadeados a partir da sua condição e conformação enquanto território minerado; evidenciar o papel, função e contribuição do Estado na conformação e perpetuação de processos de violência, bem como, as respostas estatais de enfrentamento destes, a partir de equipamentos públicos; contribuir com o Serviço Social brasileiro ao que se refere à produção de conhecimento acerca dos processos de violência em municípios minerados.

O debate colocando a mineração como fomentadora das violações de direitos faz-se necessário para desmistificar as ideias fortemente propagadas acerca da atividade minerária, como por exemplo, ser a maior geradora de empregos, de riqueza, dentre outros.

Para tanto, a metodologia utilizada consiste em pesquisa em que foram utilizados autores/as que dialogam e produzem teoricamente em consonância com essa perspectiva que também assumimos, embasada na teoria social crítica. Dentre eles, Karl Marx que possui clássicas obras e reflexões acerca do modo de produção capitalista, relações sociais, etc, José Paulo Netto, Marcelo Braz, Marilda Iamamoto, Octavio Ianni, dentre outros/as autores/as.

Desse modo o trabalho se encontra estruturado em dois capítulos, cada um deles com dois subtítulos, organizando e traçando uma linha histórico-reflexiva dos processos de violência em Mariana e os relacionando com as atividades minerárias da região.

No primeiro capítulo, denominado “A categoria violência e a realidade de Mariana - MG”, faz-se um apanhado da gênese do modo de produção capitalista e das relações sociais, destacando que este sistema se ergue e se solidifica a partir de bases e processos de violência. Realizando ainda, considerações acerca da cidade de Mariana que é um território secularmente marcado pela escravização do povo negro no passado e no presente pela atividade minerária sob os ditames do capitalismo dependente.

No segundo capítulo, “Processos de violência: o enfrentamento e as respostas público-estatais em Mariana - MG”, é evidenciado sobre o papel do Estado no contexto da luta de classes, em que ocorre a perpetuação da classe burguesa como dominante e dessa forma a reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Em seguida, é apresentado um

levantamento dos equipamentos públicos de Mariana que atuam no enfrentamento às manifestações da violência, instituindo as políticas públicas como respostas da contradição capital x trabalho.

Nas considerações finais é reforçada a importância da produção de estudos como este, buscando meios de compreender as particularidades da região em que se vive e abrindo caminhos para novos debates acerca deste tema.

Por fim, cabe destacar que este trabalho é parte de um projeto de iniciação científica da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), denominado “Processos de violência em territórios minerados: Contribuições desde e para a atuação do Serviço Social em Mariana-MG”. O projeto está dividido em duas etapas, sendo a primeira constituída por pesquisas bibliográficas em que se buscará aprofundar o conhecimento sobre a categoria violência, para tanto as contribuições deste trabalho farão parte desta etapa inicial. Na segunda, será desenvolvida pesquisa em campo com profissionais assistentes sociais que atuem nos equipamentos identificados como de enfrentamento à violência e suas manifestações.

## **CAPÍTULO 1 - A CATEGORIA VIOLÊNCIA E A REALIDADE DE MARIANA-MG**

No primeiro capítulo será evidenciado a conformação da violência de acordo com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo. Desvelar como este modo de produção e reprodução social que estrutura nossa vida e existência coletiva conforma os processos de violência em suas diversas formas e manifestações cotidianas, é tarefa urgente considerando a barbárie instituída e fortemente tomada como ‘normalidade’ no tempo presente.

No segundo tópico é abordada a realidade empírica de Mariana-MG, cidade secularmente marcada pela exploração minerária e pelo capitalismo dependente. Apontando ainda como a mineração tem desencadeado diversos processos de violência na região, tais como a violação de direitos trabalhistas, crimes ambientais, dentre outros.

## **1.1 A categoria violência, as relações sociais e os processos de violência decorrentes e próprios do modo de produção capitalista**

Podemos observar a violência em suas amplas formas, manifestações desde os primórdios da humanidade. Se analisarmos os processos de interação humana nas civilizações antigas, na qual o poder era utilizado como forma de dominação, é perceptível a conformação deste processo. Sendo assim, a partir de Marx (2013) identifica-se a violência como “parteira do capitalismo”, sendo ela componente fundante dos processos capitalistas que foram se perpetuando e atualmente estruturam nossa sociabilidade sob a égide do capital.

Parte-se do pressuposto destas relações para destacar que a violência vem sendo propagada de diversas formas desde a criação da humanidade e se intensificou assumindo formas cada vez mais complexas no passar dos séculos e a partir das configurações assumidas pela civilização humana.

O uso do poder para se obter os fins desejados se tornou um ato constante e vigoroso até os dias atuais, porém nossa percepção de violência hoje, em decorrência da evolução dos processos históricos e relações sociais, é algo nocivo o bastante para que haja debates em torno da violência cotidiana e sobre os seus processos e formas de manifestação.

Parte-se da premissa da acumulação primitiva que “é o fundamento histórico da produção especificamente capitalista”, como aponta Marx (2013, p. 849), sendo que é dela que advém a substituição da produção artesanal realizada inteiramente por homens e mulheres, para o modo de produção capitalista organizado através da divisão técnica do trabalho, e que requer maquinarias.

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 961).

A acumulação primitiva, se assemelha à função que desenvolveu o pecado original na teologia (MARX, 2013). Podemos descrevê-la como o “despertador” que desencadeou as relações de desigualdade em nossa sociedade. Este desenvolvimento do sistema capitalista mundo afora, prontamente em seus primórdios, se apresenta de maneira violenta e desigual estabelecendo a conformação das relações tal qual experimentamos cotidianamente.

Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro “este

ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos (MARX, 2013, p. 960).

Para que houvesse o irromper do sistema capitalista necessitava-se que o dinheiro e as mercadorias fossem transformadas em capital (MARX, 2013). Assim, através do embate entre duas classes distintas, sendo uma delas possuidora de dinheiro e meios de produção e a outra vendedora de sua própria força de trabalho, é que nasce a relação de transformação e do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Desta forma, através da compra da força de trabalho vivo e modificando assim as relações sociais e de comércio é que se distendem as ações capitalistas. O trabalho então, é peça chave para o processo do capital pois, sob o processo de compra e venda da força de trabalho, isto é, pela exploração e extração da mais valia se perpetua o sistema capitalista; e é através do salário recebido nessas relações de produção que os trabalhadores compram os bens e serviços dos próprios capitalistas que os empregam.

O sistema capitalista transformando a massa feudal em agora trabalhadores livres assalariados converte a força de trabalho em mercadoria. O trabalho é a forma encontrada por homens e mulheres para se desenvolver de acordo com suas novas necessidades, utilizando da natureza para esta ação numa via de mão dupla.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais, pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 326).

O trabalho é o ponto de partida que levou o gênero humano a estabelecer relações sociais primitivas até chegarmos na sociabilidade organizada a partir do modo de produção capitalista vigente nos dias atuais. O trabalho se qualificava como prática positiva inicialmente, isto anteriormente à divisão do trabalho e aos processos de industrialização, a partir de então ele se torna atividade genérica e não afirma a vida realizando sua própria negação e alienação dos homens (MARX, 2013).

O trabalho é a interação de homens e mulheres (ou: ser social) com o mundo natural, a fim de satisfazer suas necessidades humanas. Mas no cotidiano da sociedade capitalista ele se

torna alienado e o sujeito se torna escravo do trabalho para que assim as relações sociais e de troca de mercadorias aconteçam.

A base do processo de acumulação primitiva capitalista, destacando-se a Inglaterra, se dá no momento em que os produtores rurais perdem suas terras, de forma violenta, para os interesses capitalistas. “Os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres” (MARX, 2013, p. 963) servem como alavanca à sociabilidade capitalista em formação, conseqüentemente à constituição das classes sociais fundamentais.

O que principia a transformação do servo ou vassalo em trabalhador assalariado - que vende sua força de trabalho por não possuir outro modo de sobrevivência -, deriva do roubo de todos seus meios de produção e de seus recursos de sobrevivência antes advindos do sistema feudal – na Europa - e das relações comunitárias/originárias – na América Latina.

A usurpação das terras comunais da sociedade feudal para transformar em grandes campos de pastagens tornando-as assim propriedade privada, transforma essa população rural em trabalhadores assalariados e um contingente disponível para a regulação de salários e condições de trabalho cada vez mais precárias. E este consiste em um momento importante para a acumulação primitiva, pois assim o trabalhador se acorrenta ao ciclo de dependência do processo produtivo emergente.

Os atos de violência empreendidos contra essa sociedade vão desde o uso do poder do Estado através de leis estabelecidas, coerção, punição e etc, a atos de opressão e até extermínio para a posse das terras que abundantemente são transformadas em solos capitalistas.

Os que não conseguiram adentrar aos novos processos capitalistas que surgiam, se encontravam sem meios de sobrevivência já que não havia possibilidade de serem embebedos pelo capital com a mesma presteza em que eram expulsos das propriedades feudais. E por assim, serem necessários a dinâmica do capital,

[...] os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias (MARX, 2013, p. 980).

Assim nasce uma parcela da população com grande importância no fomento das ações capitalistas. Tendo suas terras surrupiadas, essa fração de indivíduos migra para as cidades em



busca de novas oportunidades de sobrevivência, mas como apontado no parágrafo acima, não havia labor para todos - que neste momento eram classificados como ‘trabalhadores livres’ -, e a existência destes desempregados era fator determinante para o rebaixamento dos salários e das condições de trabalho.

A separação violenta dos produtores diretos do acesso às condições de produção e reprodução da vida gerou um intenso fluxo migratório do campo para as nascentes cidades manufatureiras e levou camponesas e camponeses a vender aquilo que lhes restou, a mercadoria força de trabalho. Em uma só tacada, as classes dominantes inglesas privatizaram as terras comunais e levaram a mercantilização da natureza e do trabalho humano a patamares nunca antes vistos: proletarização, migração, desemprego e pauperismo em massa foram consequências duradouras desse processo. Era o início da longa marcha do modo de produção capitalista e sua hegemonia mundial (CASTELO, 2021, p. 97).

Trabalhadores livres que se transformam em escravos da nova era do capital, arrancados de seus modos de vida da forma mais violenta possível, arremessados ao relento, e como aponta Castelo (2021), criminalizados pela vadiagem e pauperismo através da coerção do Estado, para assim ceder espaço ao ensejo do benefício de poucos em cima do suor de muitos trabalhadores e trabalhadoras.

A exploração cada vez mais massiva da então classe trabalhadora e as novas técnicas introduzidas na produção e o processo de acumulação proporcionaram o início do ganho de lucro aos capitalistas.

As razões que levaram a população rural a se submeter ao trabalho assalariado cria o que, em seus escritos, Marx (2013, p. 994) aponta como “mercado interno”. O produtor que antes operava sua respectiva via de sobrevivência, agora necessita comprar meios de subsistência de seu próprio empregador.

O sistema de “mais valor” passa a ser “finalidade última e única da humanidade” (Marx, 2013, p. 1002), eliminando, nessas particulares formações históricas, as relações feudais e instaurando a seu grosso modo um sistema de produção de lucro concentrado nas mãos de poucos e grandes capitalistas através da exploração da força de trabalho e a incrementação dos processos de industrialização mundo afora.

[...] a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré história do capital. Esta compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em

revista somente aqueles que marcaram época como métodos da acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre (MARX, 2013, p. 1011-1012).

Tal feito, expulsão da população feudal de suas terras e manuseio destas para os novos processos de produção, abriu assim as portas para a instalação do novo regime capitalista, particularmente na Inglaterra e na América, a partir do descobrimento das terras auríferas nesta extensão (MARX, 2013).

Segue-se longo processo no território britânico até dar “origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista” (MARX, 2013, p. 998), amadurecendo o comércio e a navegação. Enquanto na Europa o sistema de crédito público dominava a região e se alastrava para outros países dando poder e fomento ao capitalismo que se erguia.

O alçar da grande indústria está assentado sobre as bases de todos os processos descritos acima. Sua implantação favorece maior exploração da força de trabalho e cada vez um exército de reserva em ascensão, uma vez que os trabalhadores eram progressivamente substituídos por máquinas.

O capitalismo experimentou em seu interior diversos processos que fazem parte de sua trajetória histórica. Em todas as fases da sua dinâmica há particularidades que devem ser evidenciadas. No entanto, é pertinente considerar como central que a produção de mercadorias em larga escala gerando e priorizando a mais valia, sob e a partir da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da força de trabalho, acarreta a chamada acumulação do capital. Foi devido a este fato que ocorreu a mudança na composição técnica do capital. O componente variável, ou seja, a força de trabalho, tornou-se cada vez menor em relação ao componente constante firmado como meios de produção.

A mais valia consiste no processo de valorização do capital e não apenas na criação de valor. “A criação de valor opera-se no tempo de trabalho necessário; a valorização opera-se no tempo de trabalho excedente - se não há tempo de trabalho excedente, não há valorização mas, apenas, criação de valor” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 111). É a partir da exploração da força

de trabalho que há a obtenção da mais valia. Podemos dizer que ela constitui o trabalho não pago e que significa, para o capital, acúmulo de riqueza advinda do processo produtivo.

De acordo com Netto e Braz (2006, p. 119), “[...] a mais-valia que é criada na produção geralmente se divide em três partes”:

- a) uma parte é apropriada pelo capitalista que implementou o processo produtivo; trata-se do chamado lucro industrial;
- b) outra parte é aquela que o capitalista industrial cederá aos que eventualmente lhe emprestaram dinheiro; trata-se do juro, donde os banqueiros extraem os seus lucros;
- c) uma terceira parte será cedida aos comerciantes, constituindo a base do lucro comercial (NETTO, BRAZ, 2006, p. 119).

A acumulação de riquezas proporciona a concentração do capital nas mãos de capitalistas individuais, sendo que esta concentração é caracterizada por dois pontos, como aponta Marx (2013, p. 850):

Primeiro: a concentração crescente dos meios sociais de produção nas mãos de capitalistas individuais é, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social localizada em cada esfera particular da produção está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias autônomos e mutuamente concorrentes.

Portanto, a acumulação e a concentração que a acompanha estão não apenas fragmentadas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é atravessado pela formação de novos capitais e pela cisão de capitais antigos, de maneira que, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, ela aparece, por outro lado, como repulsão mútua entre muitos capitais individuais.

Neste processo de exploração da força de trabalho e criação de mais valia há um mecanismo que ao se concretizar desestabiliza todo processo de acumulação de capital, são as chamadas crises. “A crise, imediatamente, é a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 158). A acumulação desenfreada acometida pelo capital gera a possibilidade destas crises, podendo elas serem desencadeadas por diversos fatores econômicos e/ou políticos.

Como apontam Netto e Braz (2006, p. 159), “[...] entre uma crise e outra decorre o ciclo econômico e nele podem distinguir-se, esquematicamente, quatro fases: a crise, a depressão, a retomada e o auge”. A longa, mas relevante citação a seguir, melhor explica tal contexto:

A *crise* pode ser detonada por incidente econômico ou político qualquer (a falência de uma grande empresa, um escândalo financeiro, a falta repentina de uma matéria-prima essencial, a queda de um governo). Bruscamente, as operações comerciais se

reduzem de forma dramática, as mercadorias não se vendem, a produção é enormemente diminuída ou até paralisada, preços e salários caem, empresas entram em quebra, o desemprego se generaliza e as camadas trabalhadoras padecem a pauperização absoluta. À crise, segue-se a *depressão*: o desemprego e os salários mantêm-se no nível da fase anterior, a produção permanece estagnada, as mercadorias estocadas ou são destruídas ou parcialmente vendidas a baixo preço. As empresas que sobrevivem procuram soluções tecnológicas para continuar com alguma escala de produção, mesmo com preços baixos para as suas mercadorias; buscam, sobretudo, apoderar-se de mercados e fontes de matérias-primas - quando esse movimento, mais a concorrência entre elas, sinaliza a possibilidade de recuperação, criam-se estímulos para fomentar a produção.

Este é o quadro da *retomada* (ou *reanimação*): as empresas que sobrevivem absorvem algumas das que quebraram, incorporam seus equipamentos e instalações, renovam seus próprios equipamentos e começam a produzir mais. O comércio se reanima, as mercadorias escoam, os preços se elevam e pouco a pouco diminui o desemprego. A produção se restaura nos níveis anteriores à crise e se transita para a fase seguinte, e última, do ciclo.

Trata-se da fase do *auge* (*boom*): a concorrência leva os capitalistas a investir nas suas empresas, a abrir novas linhas e frentes de produção e esta é largamente ampliada, lançando no mercado quantidades cada vez maiores de mercadorias. O crescimento da produção é impetuoso e a euforia toma conta da vida econômica: a prosperidade está ao alcance da mão. Até que... um *detonador* qualquer evidencia de repente que o mercado está abarrotado de mercadorias que não se vendem, os preços caem e sobrevém nova crise e todo o ciclo recomeça (NETTO e BRAZ, 2006, p. 159-160).

Cabe ainda, neste processo, evidenciar acerca da centralização e da concentração do capital no processo de acumulação. A concentração tem como fermento principal a concorrência e o crédito. A centralização se configura pela junção de empresas menores que por algum motivo não conseguem se elevar se convertendo em “novas e poderosas alavancas da acumulação social” (MARX, 2013, p. 854).

A produção capitalista produz um alto volume de mercadorias e junto com estas um conjunto de trabalhadores excedentes que servem como engrenagem a maior valorização do capital. Este fato “obriga” os trabalhadores/as a aceitarem as condições de trabalhos precários, já que se conforma no chamado exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. “A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado” (MARX, 2013, p. 870). Esta parcela da população é essencial à acumulação, discorre Marx (2013, p. 858):

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta.

A superpopulação relativa é um produto necessário da acumulação e possui três formas: flutuante, latente e estagnada. Flutuante é nome que se dá para a superpopulação relativa quando os trabalhadores “são ora repelidos, ora atraídos novamente em maior volume” (Marx, 2013, p. 870), pelo capital proporcionando o processo mencionado acima, em que há maior investimento no setor dos meios de produção do que em força de trabalho.

A população latente consiste na massa de indivíduos do campo que se transferem para a cidade no momento em que o capitalismo se apodera da agricultura e reduz a demanda de trabalhadores rurais. Este fato gera a mudança para os centros urbanos em busca de trabalhos nos diversos setores capitalistas.

E por fim, tem-se a superpopulação relativa estagnada que “forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular” (MARX, 2013, p. 873). Esta parcela configura-se como fonte inesgotável de força de trabalho ao capital que imprime assim condições de trabalhos precarizadas e mal remuneradas.

No que se refere a esta última conformação da superpopulação relativa não se pode deixar de mencionar a parcela mais baixa deste sedimento, o pauperismo. Este possui ainda três categorias: os aptos ao trabalho, os filhos de indigentes, e em terceiro lugar os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho.

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 2013, p. 874).

Os trabalhos são exaustivos, organizados em longos períodos e salários baixos que mal são suficientes para suprimento das necessidades básicas, imprimindo a pressão por parte do exército industrial de reservas e não permitindo melhorias no processo de trabalho ao conjunto da classe trabalhadora.

Como evidenciamos anteriormente, não é possível refletir e explicitar acerca do funcionamento do modo de produção capitalista sem mencionar acerca do Estado e do papel que cumpre na sociedade moderna, sociedade burguesa. Este, a partir de diferentes âmbitos tenta equacionar o funcionamento e perpetuação do capitalismo, mas este é um sistema que não pode ser controlado.

O papel do Estado no capitalismo consiste em garantir a funcionalidade desta forma de produzir mercadorias e a vida social, permitindo e perpetuando a propriedade privada e o trabalho sob a forma do assalariamento. O caráter e papel coercitivo perante e sobre a classe trabalhadora e suas formas organizativas é perpetuado secular e cotidianamente.

Sob e a partir do contexto da luta de classes, o Estado concede à classe trabalhadora acesso a alguns direitos, especialmente via políticas sociais. Direitos sociais e trabalhistas são resultantes das lutas travadas pelas frações da classe trabalhadora.

O desenvolver do modo de produção capitalista desencadeou e potencializou o processo de industrialização, o crescimento populacional urbano, e novas formas laborais – sob os marcos da propriedade privada e do assalariamento -, conformando o que se denomina de sociedade burguesa, por ser a classe social quem controla e domina todos estes âmbitos. Assim, este processo de conformação e perpetuação do capitalismo favoreceu, favorece e continuará favorecendo a burguesia e suas frações de classe uma vez que a condição a que é submetida a classe trabalhadora é de exploração da força de trabalho.

Com o declínio da sociedade feudal, por não mais atender às necessidades, e em decorrência do progresso dos novos mercados além-mar que se instituía, deu-se em processo não esquemático e linear a conformação da sociedade moderna a partir de duas grandes classes sociais distintas e antagônicas entre si, mas que, dialeticamente se complementam. A burguesia detentora da propriedade privada dos meios de produção e a grande massa do proletariado que vende sua força de trabalho como única forma de manter-se vivo, no processo de trabalho de posse e controlado pela burguesia (MARX; ENGELS, 1998).

A burguesia requer a força de trabalho do proletariado, pois é ele quem impulsiona a engrenagem capitalista e no contexto da divisão do trabalho se torna “[...] um simples apêndice da máquina” (MARX; ENGELS, 1998, p. 46).

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constringidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (MARX, ENGELS, 1998 p. 46).

As classes sociais, burguesia e proletariado, que estruturam e nutrem o capitalismo em sua composição e funcionalidade, são categorias fundantes deste e trazem consigo uma luta que é travada desde o surgimento de ambas, ou seja, a luta de classes.

Define-se valioso evidenciar mais a fundo o antagonismo existente entre tais classes, que arquitetam todo um cenário de lutas, conquistas e retrocessos ao longo da história da humanidade e do modo de produção capitalista e que determinam os amplos processos de violência e violação de direitos.

Sempre houve de alguma forma em todos os tempos históricos conhecidos e grafados, relações de serventia. Os mais desapropriados de poder, títulos e ou riquezas serviam aos que conquistaram a garantia de vidas agraciadas ou nasceram em “famílias prósperas/afortunadas”, por exemplo, pela obtenção (violenta) de terras.

Ao se desenvolverem as formas de comércio, início da indústria e a descoberta dos mares (navegação), a parcela da sociedade que já desfrutava de vidas repletas de benefícios passava também para um outro nível, ou seja, se expandia juntamente com o cenário mundial.

A exploração de uma classe sobre outra de forma encoberta por crenças, relações de sucessão, monarquias, etc., aos poucos concedia lugar a uma exploração massiva, de forma direta, que destruiu as relações feudais de subordinação, como descreve Marx e Engels (1998, p. 42).

Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal. A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta do sábio seus servidores assalariados.

A grosso modo, a burguesia teceu “[...] um mundo à sua imagem e semelhança” (MARX, ENGELS, 1998, p. 44), modificou todas as relações sociais material e idealmente para garantia de sua prosperidade, através da exploração da classe desapropriada de bens e poder, o proletariado.

Se comparado com classes sociais e períodos anteriores, a burguesia de fato promoveu grandes revoluções tanto nos processos de produção de mercadorias como na conformação das relações sociais. Porém, tais mudanças foram para benefício próprio sem se importar com as consequências sobre a classe trabalhadora. O que a classe burguesa visa, é apenas o lucro e meios de perpetuação do modo de vida burguês, ou seja, a manutenção do *status quo*.

Esta promoveu diversas transformações na sociedade, desde a modificação dos processos laborais – que passam a ter a indústria e a produção em larga escala como referência produtiva, o desenvolvimento das estradas e outros meios de escoar a produção de mercadorias, dentre outras ações que possibilitaram maiores ganhos a esta classe social, além de submeter a classe trabalhadora aos seus ditames.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX, ENGELS, 1998, p. 44).

A burguesia desfruta de uma vida distinta da vivência cotidiana da classe trabalhadora, possui grandes extensões de terra, poder e riquezas imensuráveis. É uma classe social composta por uma pequena parcela de indivíduos, porém controla a grande parcela da população. E nesse bojo, como mencionado anteriormente, o Estado cumpre um papel fundamental.

A partir das formulações da teoria social crítica, das formulações marxianas, é possível afirmar que o Estado serve como um mediador entre as classes sociais antagônicas contribuindo para o acirramento das contradições entre ambas, uma vez que assume um lado, o da classe dominante. Marx e Engels (1998, p. 42) afirmam, “[...] o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”, ou seja, o Estado conforma-se e através da coerção e repressão da classe trabalhadora garante o benefício da classe burguesa.

No capitalismo, a classe trabalhadora nada mais é do que uma mercadoria. Suas vidas e interesses são negociados como meros objetos comerciáveis disponíveis e prontos a serem realocados ou descartados de acordo com as necessidades do capital. No entanto, Marx (2013) já anunciava, que a força de trabalho é uma mercadoria especial, uma vez que produz mais valia no processo produtivo.

A partir dessa condição a que é submetido, o proletariado enquanto classe social, desde a sua origem até os dias atuais, constituiu sinônimo de luta e resistência. Vende sua força de trabalho à burguesia e submete-se ao assalariamento, uma vez que este é o único meio de sustento e sobrevivência. “Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação a elas correspondentes e, por conseguinte, todo modo de apropriação existente até hoje” (MARX, ENGELS, 1998, p. 50).



O avanço do proletariado a partir de suas legítimas pautas e requisições históricas nos âmbitos social e econômico é considerado um risco para a burguesia, pois a grande massa de trabalhadores unida possui a força motriz capaz de modificar a estrutura classista que a burguesia criou e perpetua. Assim, como afirmam Marx e Engels (1998, p. 45), a sociedade burguesa “[...] assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou”. A burguesia criou as próprias armas que levariam a sua destruição:

Fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe. Não pode exercer o seu domínio porque não pode mais assegurar a existência de seu escravo, mesmo no quadro de sua escravidão, porque é obrigada a deixá-lo afundar numa situação em que deve nutri-lo em lugar de ser nutrida por ele (MARX; ENGELS, 1998, p. 50).

Nesse percurso histórico, econômico e social do capitalismo, é preciso inscrever todas as conquistas da classe trabalhadora no contexto da luta de classes. É assim que o proletariado historicamente assegurou direitos enquanto trabalhadores/as assalariados/as, como indivíduos e coletivamente.

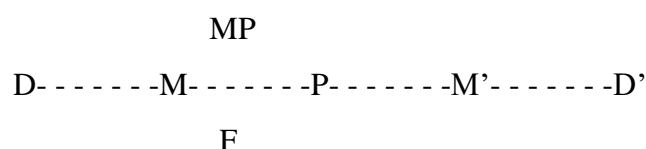
Grandes e relevantes movimentos surgiram e foram desencadeados pelo proletariado. De acordo com Marx e Engels (1998, p. 48), “[...] toda luta de classes é uma luta política”.

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho na Inglaterra (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

A condição a qual o proletariado é submetido, baixos salários e longas jornadas de trabalho, ou seja, de exploração da força de trabalho, ao passo que requer e impõe, também dificulta a organização da classe trabalhadora, especialmente na contemporaneidade em que o mundo do trabalho e as relações sociais de produção pautam-se fortemente via terceirização, desemprego estrutural, dentre outras formas precárias laborais e de sobrevivência.

O modo de produção capitalista particulariza-se historicamente por uma reprodução peculiar. Em um de seus escritos, Marx analisa a “[...] influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (MARX, 2013, p. 835). Sendo o fator mais importante nesse processo, a composição do capital e as alterações que esta sofre durante o processo de acumulação.

Assim, torna-se relevante demonstrar o ciclo do movimento do capital que pode ser configurado da seguinte forma, tomando por referência o seguinte esquema (NETTO; BRAZ, 2006, p. 118):



Inicialmente, a partir da forma de dinheiro (D), o capitalista adquire meios de produção (MP) e força de trabalho (F) para produzir mercadorias, é quando o capital se transforma de monetário em produtivo. Ele sai da esfera da circulação e ingressa na esfera da produção (P), em que trabalhadores assalariados operam meios de produção e produzem novas mercadorias (M'), criando valores excedentes.

A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é concluída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor. Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente. Esse ciclo, percorrendo sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital (MARX, 2013, p. 777).

As novas mercadorias na esfera da circulação são vendidas, trocadas por dinheiro, então elas tomam novamente a forma de capital monetário, evidentemente maior (D') do que aquele que o capitalista implementou no processo produtivo (D). Vale ressaltar, que qualquer interrupção perturba profundamente esta dinâmica, pois a continuidade da produção depende do fluxo permanente deste ciclo.

De acordo com Marx (2013, p. 835), considera-se a composição do capital em dois sentidos, sendo eles:

A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva

de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigido para seu emprego.

O aspecto valor é chamado por Marx de composição de valor e o aspecto da matéria, de composição técnica do capital. E “[...] onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica” (MARX, 2013, p. 836). A soma de todos os capitais individuais acarreta a composição do capital total, ou seja no ‘capital social de um país’” (MARX, 2013, p. 836).

A tendência do capital é sempre aumentar sua composição orgânica e seu crescimento implica no crescimento de seu componente variável, mas o emprego dos trabalhadores é para o benefício e cada vez mais, valorização do capital.

Nesse contexto, o emprego de máquinas - a chamada industrialização - e a divisão social e técnica do trabalho promovem ainda mais a precarização do trabalho do proletariado. Este que era realizado e ocorria em processos artesanais, passa a ser realizado por máquinas e larga escala com intuito de aumentar cada vez mais a produção. Ao homem/força de trabalho coube o manuseio destas máquinas sendo requisitado para esta função em especial.

A industrialização necessita, enfim, de um maior emprego de matérias primas industriais em seu processo de trabalho, ocasionando uma maior produtividade às custas da exploração do trabalhador na jornada de trabalho.

Se de um dado capital, por exemplo, calculando-se percentualmente, investia-se originalmente 50% em meios de produção e 50% em força de trabalho, posteriormente, com o desenvolvimento do grau de produtividade do trabalho, investem-se 80% em meios de produção e 20% em força de trabalho” (MARX, 2013, p. 846).

Em todas as partes do mundo o capitalismo transfigurava e estabelecia sua nova era sob a égide da violência em suas mais diversas faces. O desenvolvimento econômico através da industrialização se configurava de formas diferentes entre as nações estabelecendo uma relação de dependência, da periferia com o centro.

Acerca da particularidade latino-americana podemos dizer que esta serviu de colônia para o desenvolvimento dos países de primeiro mundo. Sendo produtora e território que forneceu - e ainda fornece - metais preciosos e gêneros alimentícios, a América Latina contribui demasiadamente com o aumento dos fluxos de mercado e a expansão dos meios de produção,

acarretando no desenvolvimento do capital europeu e auxiliando também na criação da grande indústria.

Deste modo, o capitalismo em sua dinâmica de surgimento e de além-mar promove o irromper da América Latina no auge da expansão comercial. A partir da divisão internacional do trabalho, a dependência passa a imperar nos países da América Latina, configurando-os como subordinados em relação aos países de capitalismo central (MARINI, 2000). Em outras palavras, a América Latina surge como uma necessidade do capital, que nos países centrais já se encontrava e se configurava de forma desenvolvida, potente e capaz de subordinar outros Estados-nação.

Os países latino-americanos contavam com o desenvolvimento tardio dessas relações produtivas e econômico-sociais. “O ingresso da América Latina no mercado mundial deu-se sob a égide da colonização, fundada no tripé da monocultura de exportação, do latifúndio e da força de trabalho escravizada indígena e negra” (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020, p. 17).

Assim, os países de desenvolvimento tardio e economicamente pouco estruturados eram chamados de países periféricos e aqueles que se já se encontravam à frente do desenvolvimento capitalista eram denominados como centros ou metrópoles. Nessa perspectiva teórica, Marini (2000, p. 108) aborda sobre o papel da América Latina:

Colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria.

A dependência se configura como a relação entre nações capitalistas formalmente livres, mas que permanecem perpetuando uma forma desigual de troca. A periferia transfere sistematicamente valores para os centros reproduzindo então um círculo vicioso na qual a superexploração da força de trabalho é uma condição estrutural e fundante de tais relações. “O efeito do intercâmbio desigual é na medida que lhe coloca obstáculos à sua plena satisfação - o de exacerbar esse afã de lucro e agudizar, portanto, os métodos de extração do trabalho excedente” (MARINI, 2000, p. 125).

O desenvolvimento da grande indústria nos países centrais do capitalismo decorre da estreita e imbricada relação com os países dependentes. Os produtos agrícolas – gêneros alimentícios e as matérias-primas industriais produzidos e exportados pelos países latino-

americanos -, permitiam ao mercado europeu promover e perpetuar a divisão internacional do trabalho.

A situação de dependência consagra a perpetuação do modo de produção capitalista através da superexploração da força de trabalho. A superexploração da força de trabalho é o mecanismo pelo qual as classes dominantes da América Latina compensam seu atraso econômico e perda de lucratividade nas relações comerciais em relação aos países do centro. Marini (2000, p. 125), aborda os mecanismos assumidos para tanto, ou seja, que configuram a superexploração da força de trabalho latino-americana, e portanto, a dependência.

Pois bem, os três mecanismos identificados - a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

Tal contexto caracteriza o caráter contraditório da dependência latino-americana.

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e que determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição. Chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição, radica-se a essência da dependência latino-americana (MARINI, 2000, p. 131-132).

No complexo contexto de capitalismo dependente latino-americano, o nosso país, Brasil, maior país do continente, ocupa lugar emblemático e nos cabe a tarefa de melhor compreender tal realidade, neste estudo, com recorte empírico e regional delimitado na região do quadrilátero ferrífero, mais especificamente, o município de Mariana-MG e a atividade da mineração extrativista e sua relação com os processos de violência que neste território ocorrem.

Assim, destacamos que o Brasil possui uma população formada por europeus, africanos e nativos indígenas (PNUD, 2022), sendo que sua população étnica atual corresponde a 50,74% de habitantes negros e 47,73% de brancos. É grande detentor de riquezas naturais como: ouro, minério de ferro, petróleo, dentre outras. Os processos econômico-produtivos o tornaram um país que produz, exporta e posteriormente adquire produtos manufaturados com um valor acrescido.

A condição de país secularmente saqueado e explorado, fixa particularidades em seu desenvolvimento. Após o golpe militar de 1964, que além de um contexto de extrema repressão, perseguição e morte à classe trabalhadora brasileira, também configura-se como uma tentativa desesperada pelo desenvolvimento capitalista, o país se conforma impossibilitado de romper com o processo exploratório e com a atividade econômica exportadora, submetendo-se ainda mais fortemente e de modo dependente e subordinado ao imperialismo.

No momento em que a burguesia, à época do ano de 1964, impõe a necessidade de uma maior exploração da classe trabalhadora para suprir e alcançar as metas dos mercados exteriores, explode grandes revoltas na classe operária. “Essa intensificação da exploração capitalista do povo brasileiro é fator suficiente para intensificar a luta de classes, arriscando a posição da burguesia” (MARINI, 2000, p. 72).

Ainda sobre a particularidade brasileira, temos que o processo de independência consistiu na mudança de fase do capitalismo e se deu através de acordos pelo alto. Ou seja, as camadas subalternas, a classe trabalhadora não participou deste processo.

Enquanto em diversos países da América Latina espanhola a independência foi realizada sob intensos combates militares entre frações das classes dominantes e com ativa participação popular, no nosso país a independência foi um acordo pelo alto entre os donos do poder, excluindo-se o protagonismo popular a partir do uso intensivo da coerção estatal. Além disso, o Brasil manteve intacta a sua estrutura econômica de latifúndios monocultores de exportação e de exploração da força de trabalho escrava, sendo o último país a banir a escravidão nas Américas. Isso deixou marcas profundas na nossa formação econômico-social, não somente do ponto de vista do racismo estrutural, mas também das desigualdades de classes e raças e da violência estatal contra os de baixo (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020, p. 18).

A citação acima explicita um fato determinante de nossa trajetória e constituição enquanto Estado Nação, a escravização do povo negro e a marca de o Brasil ser o último país a banir a escravidão nas Américas. Cabe destacar ainda que, o país era o “[...] maior mercado importador de escravos africanos no mundo” (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020, p. 19) e só iniciou a proibição das relações de escravidão após grande pressão nas primeiras décadas do século XIX.

Frente a estes desdobramentos, as particularidades da formação social, econômica e política brasileira decorrem e resultam das relações de exploração e opressão que configuram o atual modo de produção capitalista vigente. A classe trabalhadora trava uma inesgotável luta

pela sobrevivência. Salienta-se, que nos dias de hoje, a população pobre e negra é a que mais sofre com as consequências do processo de escravidão que se findou à menos de 140 anos.

Carregando estas marcas, consolida-se o modo de produção e as relações capitalistas em nosso chão, secularmente ampliando e acirrando os processos de violência em nossa sociedade. A violência, como mencionado anteriormente, é fenômeno fundante do capitalismo. Todos os processos de desenvolvimento social, político, cultural e econômico da sociedade moderna marcam as transformações deste fenômeno e vice-versa.

Ianni (2002, p. 10), afirma que, "[...] à medida que se desenvolvem a ciência e a técnica, em seus usos crescentemente político-econômicos e socio-culturais, desenvolvem-se as formas e as técnicas de violência”.

A violência está presente e evidente, escondida e latente, em muitos lugares, nos mais diversos setores da vida social, envolvendo indivíduos e coletividades, objetividades e subjetividades. É um fenômeno eminentemente histórico, no sentido de que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais (IANNI, 2002, p. 13).

Como apresentado, desde os primórdios tempos, nas primeiras relações sociais que foram se constituindo, identificava-se a violência, em suas mais diversas formas, sendo desencadeada por diversos fatores. Nem todas as violências são derivadas da ordem societária capitalista, mas como aborda Silva (2006, p. 36-37), “[...] a ordem do capital oferece o terreno sócio-histórico e as condições objetivas para a materialização de todo e qualquer processo violento (por mais pontual que pareça)”.

No seio das relações capitalistas a violência encontra meios de dispersão de suas mais variadas formas. O modo de produção capitalista da maneira como se consagra acirra a exploração, as opressões e a desigualdade social entre as classes sociais abrindo campo para relações violentas entre estas e até mesmo, entre os indivíduos da mesma classe.

Todo o percurso e contexto de origem e perpetuação do capitalismo em nível mundial e em nosso continente somente foi possível de ocorrer através do uso da violência, da coerção, da exploração da força de trabalho, ou seja da exploração de uma classe sobre outra.

No Brasil, destacamos, como tal conformação ocorreu com o uso massivo da violência. A conquista portuguesa sobre as terras e os povos originários deste território, bem como, os séculos de escravização deste e do povo negro africano trazido forçosamente pra este solo são marcas dessa extrema violência que sentimos até os dias atuais.

Em todas as partes do mundo podemos evidenciar processos históricos marcados pela violência como forma de realização e transformação da sociedade. Ou seja, pode-se dizer que todos os processos históricos são marcados pela violência direta ou indiretamente, de forma visível ou invisível. Vieira (2018), utiliza das contribuições de Chauí (1985), para explicar tais violências.

O autor chama a atenção para duas formas de violência: a violência visível, ou seja, aquela que podemos ver, que causa comoção e/ou revolta e, portanto, tem repercussão midiática sendo contabilizada estaticamente pelo Estado “na luta contra a violação dos direitos humanos” e, a violência invisível, que opera na subjetividade do ser humano, atuando na sua identidade, nos valores de pertencimento a uma determinada sociedade ou grupo social (VIEIRA, 2018, p. 67).

A violência é utilizada como forma de dominação, de ascensão, de exploração das massas pobres e está enraizada em nossa sociedade, em nosso cotidiano. “Assim, a classe dominante passou a utilizar instrumentos de repressão pela força da violência, pois vira que a exploração do homem era lucrativa para o excedente econômico” (SANTOS, 2017, p. 03).

A violência aparece de forma naturalizada garantindo assim a perpetuação dos processos capitalistas no seio da sociedade. Esta naturalização serve de engrenagem ao próprio sistema capitalista que encontra nos processos violentos meios de manter o capital e a produção capitalista em constante movimento.

Na sociedade contemporânea, a violência permeia todas as relações humanas possíveis, desde sociais, econômicas, políticas e culturais. Esta é tratada aqui como uma das expressões da “questão social”, derivada e decorrente da relação entre capital x trabalho. Constitui-se em um fenômeno insuperável enquanto vigentes as relações capitalistas e a exploração de uma classe sobre outra.

A partir da teoria social crítica, sobre a conformação da violência e de seus processos decorrentes e próprios do modo de produção capitalista, tem-se como se gestou a violência em nossa sociedade e principalmente a utilização desta para se estabelecer o capitalismo.

Os registros históricos e reflexões teóricas feitas por Marx ao longo de sua vasta obra, sobre a origem das bases capitalistas e todos os processos decorridos nos anos que se seguem, nos parecem registros da atualidade. Violência, exploração da força de trabalho, pauperização dentre outros são resultados seculares da esfera da produção e da reprodução social sob tais premissas estruturantes.



Dessa forma, é necessário compreender a origem destes processos que estão intimamente imbricados e que só serão passíveis de mudança se houver a superação do modo de produção capitalista vigente.

## **1.2 A realidade empírica de Mariana-MG e os processos de violência desencadeados a partir da sua condição e conformação enquanto território minerado**

Mariana é uma cidade do estado de Minas Gerais que encena grandes histórias em seu seio, desde a sua criação até os dias atuais. Foi a primeira capital, primeira vila, sede do primeiro bispado e a primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais (MARIANA, 2022). Guardando em seu solo uma riqueza aurífera que demarcou o desenvolvimento da cidade, bem como suas relações sociais. Além de contribuir para o enriquecimento em nível mundial, uma vez que as riquezas daqui eram remetidas à coroa portuguesa.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a cidade possui uma população estimada de aproximadamente 61.830 pessoas e uma extensão territorial 1.194,208 km. Possui ainda um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0.742 (IBGE, 2010) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 33.674,08 (IBGE, 2019).

O aniversário da cidade é comemorado no dia 16 de julho, sendo seu gentílico definido como marianense. Em sua estrutura física, Mariana encena uma arquitetura de casarios coloniais, além de praças retangulares dando características deslumbrantes à primeira cidade planejada em Minas.

A cidade foi berço de vários personagens da cultura brasileira, como o poeta e inconfidente Cláudio Manuel da Costa, o pintor sacro Manuel da Costa Ataíde e Frei Santa Rita Durão, autor do poema “Carumuru”. Tais figuras serviram como inspiração para a nomeação de diversos distritos do município que desenvolvem atividades voltadas para agropecuária e artesanato diversos (MARIANA, 2022).

No total são dez distritos e vinte e nove subdistritos. Sendo os distritos e seus respectivos subdistritos: Águas Claras; Bandeirantes/Ribeirão do Carmo; Cachoeira do Brumado (Barroca, Borges, Engenho Queimado, Mundinho); Camargos (Ao norte, Bento Rodrigues, que está a 8 km de distância; a oeste, Bicas, distante a 15 km; e também Fundão, a 14 km); Cláudio Manoel

(Águas Claras; Campinas; Padre Ribas e Caldereiro); Furquim (Cuiabá, Pedras, Margarida-Viana, Paraíso, Constantino, Goiabeiras, Crasto); Monsenhor Horta (Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama); Padre Viegas/Sumidouro (Vargem, Engenho, Serra do Lico, Serra do Carmo, Mainart e Barro Branco); Passagem de Mariana e Santa Rita Durão (Alegria e Bento Rodrigues ) (MARIANA, 2022).

A história de Mariana se inicia a partir do momento em que é encontrado ouro no rio batizado de Nossa Senhora do Carmo, em 16 de julho de 1696. A partir de então, nasceu ali o arraial de Nossa Senhora do Carmo, que se tornou um dos principais fornecedores de ouro para Portugal e posteriormente sendo marcada como a primeira capital do estado de Minas Gerais. A designação do nome pela qual a chamamos atualmente se deu após Dom João V, rei de Portugal, elevar a vila (nomeada em 1711) à categoria de cidade (1745). O nome escolhido, Mariana, é uma homenagem à sua esposa Maria Ana D' Austria (MARIANA, 2022).

Para que seja possível o entendimento acerca da conformação das particularidades da cidade e dos processos de violência presentes no cotidiano da mesma, faz-se necessário descrever a configuração de seu passado histórico. Bem como dialogar acerca deste período e os processos nele contidos para compreendermos assim sua dinâmica atual e as heranças desse período.

Importante situar que Mariana é uma das cidades que constituem o chamado quadrilátero ferrífero do estado de Minas Gerais, predominando na região a extração de minério de ferro. Ele pode ser classificado como,

[...] uma estrutura geológica cuja forma se assemelha a um quadrado, perfaz uma área de aproximadamente 7000 km<sup>2</sup> e estende-se entre a antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto a sudeste, e Belo Horizonte, a nova capital a noroeste. É a continuação sul da Serra do Espinhaço. Seu embasamento e áreas circunvizinhas são compostos de gnaisses tonalítico-graníticos de idade arqueana (> 2.7 bilhões de anos) (Roeser, 2010, p.33 *apud* Bertollo, 2021, p. 317).

A região “é uma área que tem como vértices as cidades de Itabira, a nordeste, Mariana, a sudeste, Congonhas, a sudoeste, e Itaúna, a noroeste” (GEOPARK QUADRILÁTERO FERRÍFERO, 2016 *apud* Bertollo, 2021, p. 317). E ainda compreende mais 34 municípios, sendo eles:

Barão de Cocais, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Brumadinho, Caeté, Catas Altas, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ibité, Igarapé, Itabira, Itabirito, Itatiaiaçu, Itaúna, Jeceaba, João Monlevade, Mariana, Mário Campos, Mateus Leme, Moeda, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Rio Piracicaba, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Joaquim de Bicas, Sarzedo (UFOP, 2021) (BERTOLLO, 2021, p. 317).

Pertencer a esta região imprime à Mariana características marcantes, já que agregar o quadrilátero ferrífero significa ser um município em que a atividade minerária acontece de forma extremamente massiva (BERTOLLO, 2021) e ainda podemos destacar que “[...] este território tão rico, e na mesma proporção, tão explorado e destruído tem em sua história marcas sangrentas e de extrema violência: os rompimentos criminosos de barragens de rejeitos” (BERTOLLO, 2021, p. 318), que serão tratados mais adiante.

Mariana, como outras tantas cidades que emergiam, fundava suas bases comerciais assentadas na força de trabalho escrava, assegurando que o conglomerado urbano que surgira não se encontrava totalmente apoiado no setor aurífero, mas no “[...] incremento do comércio, da vida administrativa, artística, cultural e religiosa”, que “tornou viva a dinâmica urbana desses núcleos principalmente na fase da decadência do ouro iniciada antes mesmo da segunda metade do século XVIII” (SOUZA, 2003, p. 26).

A questão da escravidão foi muito forte e marcante na cidade em estudo, para adentrar nessa discussão é necessário brevemente destacar como a população escrava chega ao estado das Minas Gerais para trabalhar forçosamente nas minas. A demanda de escravos para essa região foi bastante intensa sendo a exploração aurífera seguida de um grande processo de industrialização e diversificação econômica (SOUZA, 2003).

No rol dos núcleos mineiros, Vila Rica e Mariana - termos integrantes da Comarca de Vila Rica - figuram, desde o início da ocupação do território mineiro, como os maiores destinatários dos milhões de africanos desembarcados nos portos da Colônia, principalmente no Porto do Rio de Janeiro. Relacionando os dados gerais sobre o continente de cativos estimados para toda Minas Gerais no decorrer do século XVIII e os dados disponíveis para o número deles nos dois núcleos, pode-se perceber que os dois termos, juntos, participam com quase (ou mais de) 50% na absorção dessa massa trabalhadora destinada à Capitania (SOUZA, 2003, p. 37).

Minas Gerais, por seu rico solo aurífero, se tornou, de acordo com as palavras de Corrêa (2006, p. 2), concentradora do “[...] maior contingente mancipio do Brasil”, mas que ao mesmo tempo pouco se sabe sobre o tráfico de escravos para o estado. Entretanto, a autora evidencia que ao longo de todo o século XIV, mais precisamente em 1819, havia “[...] 168.543 almas, ou 15% da população escrava brasileira e 381.893, em 1872, quase um quarto do total nacional” (CORRÊA, 2006, p. 2-3).

A crise aurífera a partir da segunda metade do século XVIII no estado não influenciou no decréscimo da população escravizada, sendo esta neste período destinada a outros setores como agricultura, agropecuária e ainda no comércio. Corrêa (2006) destaca que, em suas

pesquisas Roberto Martins, apontado por ela como “autor pioneiro nos estudos sobre o tema” (2006, p. 3), descreve o escravismo em Minas Gerais com as seguintes palavras:

Em sua Tese de Doutorado, de 1980, Martins argumenta que a Minas Gerais oitocentista teria sido o único sistema escravista de peso, no Novo Mundo, a não depender da produção para o mercado externo. Com o declínio da produção aurífera, Minas teria prosperado com base na agricultura e pecuária para consumo interno, sendo a economia mineira marcada por uma diversidade de atividades produtivas, tanto no nível das unidades de produção, quanto no nível regional. Mais importante para o nosso enfoque é que o autor conclui, com base em estimativas elaboradas com dados extraídos de Mapas de População de 1819 e 1822, que Minas Gerais fora um maciço importador de escravos, o maior dentre todas as províncias brasileiras, até o fim do tráfico atlântico em 1850. Além disto, Martins combate a noção, antes largamente aceita pela historiografia, de que a mão-de-obra cativa mineira, subaproveitada desde a crise da mineração no século XVIII, teria suprido de braços, na centúria seguinte, as zonas cafeeiras das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo e busca coligir evidências de que o contrário teria ocorrido. Em suma, durante grande parte do século XIX, “os escravos estavam sendo importados do Rio de Janeiro (ou melhor, da África via Rio de Janeiro) para Minas Gerais e não no sentido inverso” (CORRÊA, 2006, p. 3).

Minas Gerais, como aponta Martins (2018), possuía uma economia diversificada, assim no momento em que houve a crise de escassez do ouro no estado, este não sofreu baixas pois sua economia não estava apoiada somente neste setor. Em foco, a força de trabalho escravizada continuava sendo bastante requisitada.

Entretanto, a propalada crise do final dos setecentos foi apenas a crise de uma única atividade, entre as muitas que havia. E também, é claro, uma crise da arrecadação dos quintos, terrível para Portugal, não para Minas Gerais. O declínio da mineração expôs a fragilidade e a dependência da economia portuguesa, levando pânico e desolação ao governo e aos círculos intelectuais daquele país. Nada mais que isso – problema deles, não nosso. A tragédia relatada pelos quatro cavaleiros do falso apocalipse – Oliveira Martins, Simonsen, Furtado e Barros Castro – e por seus acólitos menores, só poderia ter acontecido se, como queria Furtado, não se houvessem “criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica” e o setor minerador em colapso fosse a única ocupação da capitania. Mas não foi isso o que sucedeu (...) (MARTINS, 2018, p. 507).

A situação da capitania era particularmente muito favorável em relação ao seu desenvolvimento econômico, sendo que essa se encontrava à frente dos outros estados, justamente por possuir uma diversificação econômica em seu interior. Martins (2018, p. 514) destaca que “[...] essa diversificação conferiu autonomia ao sistema econômico, tornando-o independente do destino do setor minerador de ouro, e afastando qualquer possibilidade de uma crise generalizada quando aquele entrou em declínio”.

Importa destacar então que, Minas Gerais, possuindo uma economia avançada e diversificada, e sendo ainda pioneira no continente de escravizados trazidos para o Brasil, deixa marcas e traços em sua gênese histórica que rebate diretamente na dinâmica da funcionalidade das relações sociais atuais.

A requisição de grande massa de população escravizada para o estado deriva não somente do uso destes para o trabalho no setor aurífero, mas para as diversas atividades desenvolvidas de forma precoce na capitania como apontado anteriormente. Desta forma, pode-se explicar, ao menos em parte, a gênese do escravismo no estado mineiro que através de sua reprodução e miscigenação gerou a configuração populacional, tal qual conhecemos atualmente. Martins (2018, p. 541), define em seu trabalho o significado de ser escravizado para o setor econômico na época:

Do ponto de vista econômico um escravo é um insumo produtivo – um bem de capital. É exatamente equivalente a uma máquina ou a qualquer outro equipamento empregado na produção. Comprar um escravo era fazer um investimento com o objetivo de produzir alguma coisa. Em outros sistemas escravistas, ou em outras eras, os escravos foram usados para outras finalidades além da produção, mas na escravidão americana da era moderna isso foi absolutamente irrelevante.

Neste cenário, Mariana juntamente com Vila Rica (hoje Ouro Preto), de acordo com Souza (2003, p. 26), “[...] ganhou ênfase a partir de dois processos: o rápido povoamento e a diversificação econômica”. Tal fato atribui às duas cidades grande dinâmica em relação ao fluxo econômico e populacional. Ambas as cidades são consideradas pioneiras em relação a soma de negros trazidos do exterior para a capitania, absorvendo um número significativo de população cativa para essa região (SOUZA, 2003).

No rol dos núcleos mineiros, Vila Rica e Mariana \_ termos integrantes da comarca de Vila Rica \_ figuram, desde o início da ocupação do território mineiro, como os maiores destinatários dos milhões de africanos desembarcados nos portos da Colônia, principalmente no porto do Rio de Janeiro. Relacionando os dados gerais sobre o contingente de cativos estimados para toda a Minas Gerais no decorrer do século XVIII e os dados disponíveis para o número deles nos dois núcleos, pode-se perceber que os dois termos, juntos, participam com quase (ou mais de) 50% na absorção dessa massa trabalhadora destinada à Capitania (SOUZA, 2003, p. 37).

É fato que a descoberta do ouro em Minas Gerais e o padrão adotado de exploração em massa requiritava grande massa de força de trabalho escravizada para a região. Sendo assim, define-se importante descrever o tipo de mineração vigente na região.

Moraes (2020, p. 57), afirma que para entender a conformação do modelo de mineração atual vigente no Brasil, é necessário que se considere sua forte expansão nos anos 2000, entendendo ainda seus “condicionantes internos e externos” que fizeram parte deste processo e resultaram no “modelo de mineração adotado pelo Brasil”. A autora resgata as formulações de Eduardo Gudynas (2013), estudioso da mineração latino-americana, que considera que neste período a mineração se caracterizou a partir de um “neoextrativismo”.

Em síntese, a mineração no Brasil passa a ser ampliada a partir dos governos de Lula e Dilma, que em seus mandatos lançaram mão de um projeto neodesenvolvimentista no país (MORAES, 2020).

Nacionalmente, esse cenário de expansão da mineração brasileira foi parte de um projeto neodesenvolvimentista em curso no país. A eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e a continuidade com o mandato da ex-presidente Dilma Roussef estabeleceram alianças com o empresariado nacional que foram fundamentais para a concretização desse projeto. Segundo Boito Jr (2013), nos marcos dos governos inaugurados com Lula houve uma mudança no bloco do poder, onde observou-se uma ascensão política da burguesia interna brasileira, em detrimento dos interesses do capital internacional e seus aliados internos. Essa transformação, na análise do autor, se deu atrelada à uma mudança mais ampla na política nacional através da articulação de uma frente política que aglutinou frações da burguesia interna e os principais setores das camadas populares (MORAES, 2020, p. 58).

A demanda por minério de ferro, associada aos fatores internos que aconteciam durante esses anos, levaram à ampliação da mineração no país. Moraes (2020, p. 61) descreve que, "[...] combinando as favoráveis condições externas com o suporte do Estado, o Brasil verificou, ao longo da primeira década dos anos 2000, um aumento expressivo de sua produção de minério de ferro".

Em sua particularidade, o Brasil possui um modelo de mineração que se conforma através da chamada *minério-dependência*. Coelho (2017) aponta que para explicar este modelo, é necessário em primeiro lugar definir o que significa a condição de dependência, que também foi discutida no tópico anterior. Para tal, o autor recorre às contribuições de Theotônio dos Santos, que define a estrutura da dependência enquanto a “[...] situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada” (SANTOS, 2011a *apud* COELHO, 2017, p. 01).

Assim, refletindo acerca da dependência em regiões onde a mineração possui forte atuação o autor explica que:

Pensando a situação de dependência particularmente em regiões de mineração, defino a minério-dependência enquanto situação na qual, devido à especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios externos. Obviamente, se trata também de uma relação entre classes sociais localizadas em diferentes locais. Esta relação de subordinação faz com que as decisões sobre o que ocorrerá na estrutura produtiva local sejam tomadas em centros políticos externos, sejam eles empresas multinacionais mineradoras e/ou mercados de commodities minerais, sejam centros consumidores dentro de um mesmo país ou internacionais (COELHO, 2017, p. 2).

Tal dependência impulsiona a dificuldade de proliferação de outros setores econômicos, já que os investimentos são destinados em sua maior parte ao setor minerário, atrelado como atividade principal (COELHO, 2017).

Mariana, na atualidade, se encontra inserida neste contexto de dependência do setor extrativo mineral, apesar de, no passado, ter possuído um contexto de diversificação econômica, antes mesmo da descoberta do ouro em seu solo (MARTINS, 2018).

Um elemento que conforma essa situação é o rompimento/crime da Barragem de Fundão, ocorrido no dia 05 de novembro de 2015. A partir deste fato, a mineradora Samarco, proprietária da barragem que se rompeu, teve suas atividades paralisadas. Em 2016 parcela da população marianense se reuniu para pedir a volta do funcionamento das atividades da mesma, uma vez que o desemprego na cidade decorria desta suspensão das atividades minerárias.

Cabe ressaltar que de modo geral a mineração não emprega muitos trabalhadores de forma direta. A maior parte dos empregos gerados são de trabalhadores terceirizados e possuem contratos de trabalhos precários e de curto prazo, como por exemplo no setor da construção civil.

Estes postos de trabalho são relativamente poucos quando comparados a atividades econômicas intensivas em mão de obra, isso é geradoras de mais emprego. Ainda, boa parte é criada em condições de terceirização e tende a diminuir durante os ciclos de baixa nos preços dos minerais no mercado internacional (COELHO, 2017, p. 3).

A terceirização é uma adversidade que afeta diretamente a vida pessoal e profissional dos trabalhadores de uma forma geral. E esta situação tem ocorrido de modo cada vez mais frequente, afastando o trabalhador de um salário adequado às suas atividades e dos seus direitos enquanto classe trabalhadora. Bertollo (2021, p.323-324), aponta sobre essa questão

Também é fundamental mencionar que expressivamente as relações de trabalho na mineração extrativista na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais se dão a partir da terceirização. Esse contexto tem profundas modificações a partir da década de 1990, período histórico marcado por profundas regressões nas conquistas históricas da classe trabalhadora, nos processos produtivos e na relação do Estado com a sociedade, uma vez que, a reestruturação produtiva e o ideário neoliberal vão se enraizando e ganhando espaço no território brasileiro, o que reafirma a condição de dependência e superexploração da força de trabalho. Nesse contexto, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que de empresa público-estatal passa a ter diferentes formas de vinculação do seu quadro laboral, e o fato de outras mineradoras também assumirem a terceirização como forma contratual para a condução de parte expressiva de seus processos produtivos, principalmente de atividades que se referem ao canteiro de obras, ao setor de alimentação-refeitórios, etc., vão desencadeando perdas ao que se refere à garantia de direitos já adquiridos pelas categorias diretamente vinculadas a essa atividade produtiva, bem como à classe trabalhadora em seu conjunto.

Além disso, outra problemática do modelo de mineração atual consiste na distribuição desigual da arrecadação adquirida através da atividade mineral. Apesar de possuir alto índice de arrecadação, a cidade em contrapartida apresenta níveis de pobreza e desigualdade que não combinam com a riqueza gerada pelo setor.

É certo que, como sinaliza Coelho (2017), os lucros caem nas mãos do “alto escalão” e ainda dos grandes acionistas. Portanto, a afirmação de que a atividade minerária gera riqueza para a cidade está distante de ser verídica quando se analisa os números de arrecadação em relação a situação que se encontra boa parte da população.

Ainda, em 2015, a Vale pagou R\$93 milhões à sua diretoria, o que é quase o que Mariana recebeu de CFEM no mesmo ano. Estes dados demonstram que a distribuição da renda mineira se dá de forma extremamente desigual, concentrando-se, majoritariamente, nos acionistas e no alto escalão diretor. Exemplo disto é de que, apesar de ter representado a maior arrecadação da CFEM em 2015, dentre 853 municípios do estado, Mariana deteve a 275ª menor renda per capita domiciliar rural de Minas Gerais e foi o 226º município mais desigual de Minas Gerais, medindo a desigualdade de rendimentos por meio do Índice Gini (DATASUS, 2015). Mariana também apresenta um percentual de população vulnerável à pobreza (28,8%) e à extrema pobreza (3,6%) maior do que a média de Minas Gerais, 30,7% e 3,4%, respectivamente (COELHO, 2017, p. 3).

Diante desta problemática, Coelho (2017) destaca a necessidade de propor “alternativas econômicas” em Mariana e conseqüentemente em outros municípios onde a mineração possui atuação.

A diversificação produtiva deve ser entendida como estímulo a diversos setores econômicos para além da industrialização. Deve se tratar de diversificação econômica popular em municípios minerados. A reforma agrária, formas alternativas de produção rural (agricultura familiar e agroecologia), pequenas empresas (intensivas em mão de obra) e setor de serviços (turismo e polos de geração de conhecimento) são alguns desses setores (COELHO, 2017, p. 6).

Olhando para o passado sob o prisma da diversidade econômica, torna-se importante lembrarmos que, embora a capitania portasse uma diversificação econômica anterior e no momento da escassez do ouro na região, tal situação não se efetivou nos dias atuais, em destaque no município de Mariana, uma vez que o rompimento/crime da barragem de Fundão demonstrou o quão dependente desta atividade produtiva é a economia do município.

Sobre a questão da diversificação econômica, é importante resgatarmos as palavras de Martins (2018, p. 519) quando, acerca da economia colonial mineira, nos aponta que “[...] foi um processo muito precoce, gradual, natural e inevitável. Começou bem cedo no século, e não foi o resultado de nenhum choque adverso, mas de sucessivas respostas a demandas e oportunidades surgidas no mercado”.

Antes mesmo da descoberta do ouro já havia a realização do cultivo de diversos produtos para fins de uso próprio (MARTINS, 2018), afinal necessitava-se comer, morar e etc. Então, como Martins (2018) de forma clara destaca, a diversificação econômica mineira não emerge do processo de escassez do ouro, não há passagem de um para o outro.



Não creio que se possa falar sequer em uma transição estrutural da economia, como fiz em vários momentos da tese, seja no final dos setecentos, seja em qualquer outra época. A transição de uma economia mineral-exportadora para uma agricultura diversificada de mercado interno nunca aconteceu. Transição significa percurso, viagem, mudança de lugar, passagem de um ponto a outro, de uma situação a outra, no espaço, ou no tempo. A economia colonial mineira nunca fez esse trajeto: a lavra, a roça e o curral nasceram e cresceram juntos, logo não faz nenhum sentido dizer que um deles transitou em direção ao outro (MARTINS, 2018, p. 519).

Neste sentido, é certo que, analisando os setores econômicos de Mariana, é notável que tal diversificação do período colonial não seguiu uma esteira linear. Mariana possui atualmente forte dependência da atividade mineral que basicamente controla toda a economia local e ainda incide fortemente na região como um todo.

Tal dependência se caracteriza de forma negativa no município, cedendo espaço e fortalecendo o setor extrativista, de forma que este continue a exercer a mineração predatória e irresponsável ao longo dos anos.

Podemos dizer que a dinâmica de surgimento e perpetuação da mineração na região, é responsável assim por desencadear vários processos de violência e violação de direitos nos mais diversos ramos da vida cotidiana. O rompimento de barragens de rejeitos, que vem acontecendo cada vez em maior número e assustando os indivíduos que trabalham e/ou moram em torno das áreas de mineração, é uma das mais agravadas expressões violentas.

Mariana porta uma sangrenta marca de violência ocorrida no dia 05 de novembro de 2015, o rompimento/crime da barragem de Fundão, que “[...] despejou 34 milhões de m<sup>3</sup> de resíduos de mineração sobre o distrito de Bento Rodrigues localizado na área rural do município de Mariana-MG destruindo-o completamente” (BERTOLLO, 2018, p. 239).

A vasta lama destruiu também o distrito de Paracatu de Baixo, localizado há uma distância de aproximadamente 70 km da barragem, e ainda outras comunidades por onde passava até chegar no estado do Espírito Santo e adentrar no oceano (BERTOLLO, 2018).

Não é possível medir ao certo o tamanho dos danos causados, calcular as perdas é algo difícil para quem não foi atingido de alguma forma. Em relação ao número de vítimas fatais foram no total 20 pessoas, destas, 14 eram trabalhadores que estavam no canteiro de obras, sendo que 12 eram terceirizados (XAVIER; VIEIRA, 2016, ZONTA, 2016, *apud* BERTOLLO, 2021).

Este é um acontecimento que marca a vida dos atingidos em “antes e depois” do rompimento/crime da barragem (BERTOLLO, 2018). E demarca também a dinâmica da cidade de Mariana e das localidades afetadas pela lama.

O rompimento/crime da barragem de Fundão inscreve-se como resultante do processo produtivo em contexto de capitalismo dependente, que remete a classe trabalhadora à condição de superexploração da força de trabalho, seja aqueles que vendiam sua força de trabalho à mineradora ou às empresas terceirizadas que a ela prestavam serviços. Também condiciona à esta situação aqueles que viviam a mais de 70Km de distância da barragem e que tinham sua subsistência a partir da agricultura familiar, da produção leiteira de pequena escala, e que devido à destruição de suas pequenas propriedades rurais e morte dos animais não possuem mais fonte de renda, ou ainda, aqueles que viviam da pesca, do garimpo e do turismo ao longo do Rio Doce e no litoral do estado do Espírito Santo e que hoje não podem desenvolver tais atividades devido à contaminação das águas, à morte do Rio (Bertollo, 2017, *apud* BERTOLLO, 2018, p. 3).

Dentre os impactos decorrentes do rompimento/crime, pode-se apontar agravamentos nos âmbitos sociais, culturais, econômicos e ainda a continuada destruição da vegetação, poluição dos rios e morte de animais. Em véspera de se completarem sete anos de tal fato, a cidade, os moradores e a natureza ainda não se recuperaram, é um crime que a cada dia ganha novos contornos violentos.

O rompimento/crime da barragem de Fundão compõe e é uma manifestação do que denominamos ‘questão social’ na mineração extrativista, isto é, conflito entre Capital e Trabalho. Ofensiva, dominação e exploração de uma classe sobre outra, que apenas deixa nestas terras e para estas gentes um rastro de destruição e morte (Bertollo, 2017 *apud* BERTOLLO, 2018, p. 241).

A vida dos atingidos mudou drasticamente, além de terem passado pelo trauma de perder tudo que tinham, suas casas, pertences, familiares, costumes, o cotidiano pós rompimento/crime não permite que esqueçam o ocorrido. Cotidianamente, são lembrados do dia 05 de novembro de 2015 através da necessidade de lutar por seus direitos levados pela lama, por este modelo de mineração.

A vida dos atingidos pelo rompimento/crime da barragem de Fundão pode ser separada em ‘antes e depois’ do dia 05 de novembro de 2015. Desde então, passaram a conviver com pessoas, instituições e espaços até então desconhecidos. Dentre estes, podemos citar o judiciário, especialmente o Fórum da Comarca de Mariana-MG, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do estado de Minas Gerais. Passaram a responder inúmeros cadastros, entrevistas, participar de reuniões, assembleias, audiências, dentre outras ações que muito se distanciam da vida que levavam antes, seja como pequenos agricultores, pequenos comerciantes, professoras nas escolas locais, estudantes, trabalhadores na mineradora que causou tamanha destruição em seus destinos, quiçá, no destino de gerações das famílias atingidas (BERTOLLO, 2018, p. 242).

Analisando o modelo como se opera a atividade minerária, pode-se explicar que o contexto de dependência a que o Brasil está submetido, imprime em grande proporção a exploração da força de trabalho e a apropriação e destruição dos bens naturais a fim de compensar a relação de subordinação aos países e economias centrais. Nesse sentido, é válido

resgatar as palavras de Marini (2005, p. 141 apud BERTOLLO, 2018, p. 241) para evidenciar que, “[...] a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”.

Diante disso, faz-se necessário que a classe trabalhadora promova e se insira em lutas e movimentos sociais para reivindicar direitos e mudanças no funcionamento da atividade minerária. Em Mariana, e na região do quadrilátero ferrífero, tem-se uma recente frente de luta que “[...] se propõe a ser, e vem se constituindo enquanto instrumento de enfrentamento e tensionamento à sociabilidade burguesa e às violências e violações desencadeadas pelas mineradoras, expoentes do capital nesta singular região” (BERTOLLO, 2021, p. 319).

A Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração (FLAMA) em Minas Gerais, “[...] se alimenta das lutas e resistências historicamente travadas por diferentes sujeitos coletivos e pela classe trabalhadora em seu conjunto ao contexto da mineração extrativista” (BERTOLLO, 2021, p. 330).

É notório que frentes de luta e articulação como estas são de extrema importância para denunciar e cobrar das mineradoras e do poder público da região maior responsabilidade em relação às ações da mineração em nosso território. Movimentos como estes dão maior voz à população que de modo individual ou fragmentado não possuem forças suficientes para reivindicar seus direitos.

Realizado este panorama e breve contextualização da mineração na cidade de Mariana e região, pode-se perceber, desde o início dos processos minero-extrativistas até os dias atuais, que a mineração tem se perpetuado de forma predatória, irresponsável e violenta em vários aspectos. Sua funcionalidade tem colocado em risco a população e a natureza, desencadeando diversos e infundáveis processos de violência e violações de direitos. A cidade e os trabalhadores têm sofrido e necessitam de mínimas condições dignas de vida e trabalho.

Para tanto, é importante que as lutas contra este modelo destrutivo e predatório da mineração extrativista continuem se fortalecendo, enfrentando e denunciando os moldes atuais dos processos extrativistas, visando a adoção de um modelo de mineração em consonância com a preservação da natureza, o desenvolvimento societário e a geração de empregos, pois como bem explicita Coelho (2017, p. 6):

A influência de sindicatos dos trabalhadores, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e da população local, assim como a capacidade de fiscalização e monitoramento do aparato estatal, e a diversificação econômica, são variáveis que podem atenuar e diminuir a amplitude e profundidade dos impactos causados pela atividade mineradora e sua dependência.

## **Capítulo 2 - PROCESSOS DE VIOLÊNCIA: O ENFRENTAMENTO E AS RESPOSTAS PÚBLICO-ESTATAIS EM MARIANA-MG**

No segundo e último capítulo deste trabalho, será destacada a conformação e papel historicamente assumido pelo Estado no modo de produção capitalista, bem como as respostas que fornece para remediar/enfrentar/apaziguar as consequências que incidem sobre a classe trabalhadora, através das políticas públicas. Assim, de maneira geral, no primeiro tópico apresenta-se e reflete-se sobre o Estado na era capitalista, mais precisamente na fase do capitalismo monopolista.

No segundo tópico é realizada uma aproximação à realidade de Mariana, destacando os equipamentos público-estatais que lidam cotidianamente com as múltiplas violações de direitos e processos de violência decorrentes da contradição capital x trabalho. Evidenciam-se ainda, as implicações da atividade minerária no que se refere à conformação e perpetuação dos processos de violência na região.

### **2.1 O Estado na conformação e perpetuação de processos de violência**

Seguindo uma linha histórica, e apontando o Estado enquanto um dispositivo que antecede o capital, faz-se pertinente realizar uma leitura acerca de sua funcionalidade no que tange os processos históricos capitalistas. É realizado breve apanhado histórico do entendimento de Marx e Engels (1998), e contribuições de demais autores em relação ao Estado burguês, o qual será aprofundado ao longo deste capítulo para fundamentar a discussão acerca do Estado na sociabilidade capitalista.

Pela ótica de Marx e Engels (1998), o Estado na sociabilidade atual é visto enquanto um organizador e administrador de nações. No entanto, o mesmo absorve e é orientado por ideologias que favorecem a uma classe em específico a partir de interesses econômicos, sendo que no modo de produção capitalista localizam-se duas classes antagônicas, pertencentes a campos opostos, mas complementares, produtivamente falando: o proletariado e a burguesia.

Durante as transições sofridas pelo capitalismo desde seu surgimento até seu funcionamento contemporâneo, o Estado assume diferentes formas de atuação em cada fase. Sendo criado para conter, gerir e perpetuar o modo de vida burguês.

Apresentam-se como principais fases da atual sociabilidade burguesa: capitalismo comercial (Século XV - XVIII), concorrencial (Século XVIII - XIX) e monopolista (Século XX) (NETTO; BRAZ, 2006). Datado as fases, vê-se que junto a elas a sociabilidade é atravessada por transformações diante das necessidades impostas pelo capital e pelas relações sociais.

E é por isso que pautar acerca do Estado é também refletir sobre qual período da sociabilidade estamos a analisar, pois o Estado oscila e modifica as suas configurações e respostas de acordo com as necessidades e interesses de quem o instrumentaliza. Configura-se, então, que a burguesia se mantém enquanto classe social hegemônica, detendo a propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, o poder e manipulação através do Estado.

Afirma-se, então, que: “[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43). Logo, reconhece-se um Estado que atende os interesses da classe dominante sendo lido enquanto comitê administrativo dos interesses comuns da burguesia (MARX, ENGELS, 1998). A partir de ações estatais como a regulamentação da propriedade privada, manutenção da família tradicional, controlando o operariado, regulamentando as relações sociais juntamente com o modo de produção da atual sociabilidade.

A emergência da sociedade burguesa dará origem a um intenso processo de modernização, mediante uma série de transformações que de longa data encontravam-se latentes na Europa, seja no campo da ciência e da tecnologia, seja na organização política, no trabalho, nas formas de propriedade da terra, na distribuição do poder e da riqueza entre as classes sociais. Esse processo de modernização social (incluindo a economia e o Estado) e de modernização cultural (abrangendo a arte, o saber e a moral), produto da racionalização característica das sociedades ocidentais desde o final do século XVIII, expressa, para Max Weber, o surgimento da própria modernidade (ROUANET, 1989, p. 231 apud SIMIONATTO, 2009. p. 3).

Em suma, o Estado atua para favorecer o grande capital, tornando-se então complexo e possuidor de instrumentos ideológicos. Utilizando-se das elaboradas políticas sociais garante a subsistência e o controle da força de trabalho ao gerar manutenção da mais valia contrastando ao subconsumo, bem como a supercapitalização, valorização e geração de recursos humanos que possam produzir e alavancar ainda mais as formas de deter e gerar superlucro. E ainda, o próprio desenvolvimento monopolista, a falsa democracia, e repressão direta através dos seus aparelhos de segurança.

A partir da intensa modificação do mundo do trabalho culminou-se a organização da classe trabalhadora, que passa a convocar o que se tinha de Estado a adotar formas de atuação frente a contradição capital X trabalho, reconhecendo o seu papel social e de mediação.

Atenua-se novamente que em cada uma das transições do capitalismo, o Estado possui uma funcionalidade diferente, porém sempre proporcionando o favorecimento da classe burguesa. Dá-se ênfase à última fase capitalista, denominada monopolista, já que consiste na atual fase do modo de produção capitalista vigente.

Assim, o terceiro estágio do capitalismo ficou também conhecido como imperialista, no qual os bancos tiveram papel fundamental. Os grandes monopólios que se elevaram, apoiados na grande indústria, se fundem com os monopólios bancários (estes se alavancando através do sistema de créditos) e dão “[...] origem a uma nova forma do capital, diferente das até então conhecidas (capital comercial, capital industrial e capital bancário)” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 179).

O capitalismo nos últimos anos do século XIX, ingressa no estágio imperialista, em que o capital financeiro desempenha papel decisivo. Nesse estágio, chamado simplesmente de **imperialismo**, a forma empresarial típica será a monopolista (e, por isso, alguns autores denominam-no *capitalismo monopolista*), sem que ela elimine as pequenas e médias empresas; de fato, estas subsistirão e até mesmo poderão se multiplicar, mas agora *inteiramente subordinadas às pressões monopolistas* (NETTO; BRAZ, 2006, p. 179-180).

Outro elemento extremamente importante de se citar nesta fase é o desenvolvimento da indústria bélica. Evidencia-se que as guerras sempre marcaram as etapas do capitalismo, mas na fase imperialista, em especial, “[...] a indústria bélica (e as atividades a ela conexas) tornam-se um componente central da economia” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 184).

A indústria bélica, como retrata Netto e Braz (2006), possui papel fundamental no estágio imperialista, visto que este componente funciona como fator em primeiro lugar de contenção de crises e em segundo resolve o problema da superacumulação, já que nesta fase há forte tendência desta última vir a acontecer.

No âmbito econômico, o imperialismo objetiva o lucro acima da média e escapar dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro, utilizando não exclusivamente, mas em prevalência de maior exploração da força de trabalho.

O período imperialista é marcado por três distintas fases, a clássica, os anos dourados e o capitalismo contemporâneo (NETTO; BRAZ, 2006). A fase clássica é marcada por intensas e repetidas crises, como a de 1929, apontada como a mais catastrófica escancarando que se necessitava de uma maior intervenção econômica por parte do Estado.

Constatada essa necessidade da intervenção do Estado, resulta-se em grande perda de direitos dos trabalhadores, culminando posteriormente, em determinados países, no chamado fascismo que era um sistema favorável para “livre desenvolvimento dos monopólios”.

A modalidade facista de intervir na economia para garantir as condições gerais da produção e da acumulação capitalistas é conhecida: o terrorismo de Estado imobiliza e/ou destrói as organizações dos trabalhadores, regula a massa salarial conforme o interesse dos monopólios, favorece descaradamente o grande capital, militariza a vida social e investe forte na indústria bélica; no limite, de que é caso exemplar a Alemanha hhitlerista (Adolf Hitler, 1889-1945), avança para a ocupação de territórios, assalta suas riquezas e forças produtivas e brinda o grande capital com força de trabalho escravo (não se esqueça que, no campo de trabalho forçado da Alemanha nazista, os prisioneiros serviam aos grandes monopólios alemães, que não foram penalizados após a capitulação) (NETTO; BRAZ, 2006, p. 194).

Para tanto, o regime fascista não se instaurou com êxito em alguns países, sendo necessário assim ensaiar encaminhamentos que seriam desenvolvidos nos anos seguintes (NETTO; BRAZ, 2006). O Estado, portanto, passa a ter poder ativo nesta fase apoiado nas ideias de Keynes, que posteriormente seriam bem quistas e empregadas.

Segue-se para a segunda fase do modo de produção capitalista apontada como a fase de excelência do capitalismo, na qual a economia obteve “[...] resultados econômicos nunca vistos e que não se repetiriam mais” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 195), os “anos dourados” ou “três décadas gloriosas”. O padrão industrial adotado neste período consistia no chamado taylorismo-fordismo e é a partir da adoção deste sistema que o Estado, centralidade deste capítulo, adquire legitimidade (no sentido de intervir na economia) em consonância com o keynesianismo.

O Estado passou a se inserir como empresário nos setores básicos não-rentáveis (especialmente os que fornecem aos monopólios, a baixo custo, insumos e matérias-primas fundamentais), a assumir o controle de empresas capitalistas em dificuldades, a oferecer subsídios diretos aos monopólios e a lhes assegurar expressamente taxas de lucro. Suas funções indiretas, além das encomendas/compras aos monopólios, residem nos subsídios mascarados (a renúncia fiscal); nos maciços investimentos em meios de transporte e infra-estrutura, nos gastos com investigação e pesquisa; mas residem, sobretudo, no plano *estratégico*: aqui, através de planos e projetos de médio prazo, o *Estado sinaliza a direção do desenvolvimento*, indicando aos monopólios áreas de investimento com retorno garantido no futuro (NETTO; BRAZ, 2006, p. 204 – grifos dos autores).

Neste sentido, há uma diferença nas ações estatais da era monopolista para as ações do Estado no capitalismo concorrencial anterior. Tal contraposição se configurava no papel deste aparato em relação às suas ações, perante a “força de trabalho (ou seja, dos trabalhadores)” eximamente apontado por Netto (1992, 22 *apud* NETTO; BRAZ, 2006, p. 204).

[...] No capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à

propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a *preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio.

A partir desse momento, o capital passa a não ser o responsável direto pelo financiamento da “preservação da força de trabalho”, este último passa a ser mantido pelo recolhimento de tributos voltando para a população em forma de serviços públicos. Esse é jogo que o Estado promove, estabelece “mecanismos de coesão social” que lhe imprimem uma boa figuração.

É neste dado momento que pela pressão das lutas sociais o Estado buscando se solidificar no capitalismo monopolista, constata o reconhecimento dos “[...] *direitos sociais* – que, juntamente com os *direitos civis e políticos*, constituem a cidadania moderna” (Marshall, 1967 *apud* NETTO; BRAZ, 2006, p. 206).

E como um dos marcos principais, após este reconhecimento, tem-se o incremento das políticas públicas, destacando uma maior cobertura das mesmas em determinados países do mundo. Instala-se o chamado Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), em alguns países da Europa, no qual há uma ampliada prestação de serviços públicos, com características particulares de cada estado-nação, através da intervenção estatal.

Porém, como destaca Netto e Braz (2006), esta fase não perdurou por muito tempo, se caracterizando como um “breve episódio no desenvolvimento do MPC”. Os autores destacam ainda que “[...] na passagem dos anos sessenta aos setenta do século XX, ele entrou em crise e mecanismos de reestruturação foram implementados pela burguesia monopolista” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 206).

As implicações deste acontecimento rebatem fortemente sobre as políticas públicas conquistadas nos países que vivenciaram esta experiência, caracterizando um generalizado retrocesso neste âmbito. Necessitando se reconfigurar, o capital avança para a terceira fase firmada como capitalismo contemporâneo.

As implicações desta nova fase recaem diretamente e de forma massiva sob a classe trabalhadora. O desemprego converte-se agora em um “fenômeno permanente” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 220), além de colocar em forte evidência a questão social, fomentada pela “precarização e a ‘informalização’ das relações de trabalho” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 220).

Realmente, o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras. A desmontagem (total ou parcial) dos vários tipos de *Welfare State* é o exemplo emblemático da estratégia do



capital nos dias correntes, que prioriza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados (apresentados como “privilégios” de trabalhadores) e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização” [...] (NETTO; BRAZ, 2006, p. 225-226).

Através da supressão dos direitos e buscando romper com “todas as barreiras sociopolíticas” que empatam seu pleno desenvolvimento, o capital lança mão de uma nova ideologia, o neoliberalismo. “Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

Para tanto, os novos princípios necessitavam reformular as ações do Estado, convidando este a diminuir sua intervenção na economia. Porém, “melhor que ninguém, os representantes dos monopólios sabem que a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção estatal [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227), o que se sucede a partir desta comprovação é que o Estado prevalece a atuar de forma “mínima para o trabalho e máxima para o capital” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227).

O sistema neoliberal acirra as expressões da questão social por derivar a “ofensiva do capital sobre o trabalho” (NETTO, BRAZ, 2006, p. 237). As políticas sociais agora mínimas e defasadas são as respostas direcionadas a tais expressões e seguem sendo até os dias atuais, como aponta Behring e Boschetti (2009, p. 51), que são “desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento [...] às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 51).

No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” como que se *internaliza* na ordem econômica-política: não é apenas o acréscido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção “socializada”; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas — é tudo isto que, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe (NETTO, 1996, p. 25-26).

Considera-se, portanto, que é impossível pensar e buscar compreender o que é o Estado na atual sociabilidade, sem refletirmos também sobre tais respostas às expressões da “questão social”. Aderindo como principal solução para tal contexto as políticas sociais que se utilizam de legislações, instituições e recursos públicos para serem operacionalizadas.

No entanto, o Estado particularmente no cenário brasileiro responde historicamente às expressões da “questão social” com uso da violência. Tal contradição se configura, por exemplo, a partir da precarização das políticas públicas, dos equipamentos, da falta de investimentos em educação, saúde e etc. Este aparato que institui meios para responder às demandas da classe trabalhadora, utiliza destes próprios mecanismos para reproduzir e atenuar as violações de direitos do proletariado.

Evidenciados os elementos e aspectos da atuação de um Estado, e direcionando para a análise da realidade brasileira, reivindicamos Iamamoto (2011), quando a autora pontua que as políticas sociais brasileiras são marcadas pelo corporativismo, fragmentação e seletividade. O país começa a se reafirmar de fato como sociabilidade burguesa nos anos 1930, ampliando políticas sociais que se formulam seguindo tendências projetadas aos países em desenvolvimento, relacionados a princípio à cobertura dos direitos dos trabalhadores.

Em breve histórico das políticas sociais, destaca-se, segundo Behring e Boschetti (2009), que do ano de 1930 a 1945 constata-se um período de expansão dos direitos e introdução das políticas sociais. Já no período compreendido de 1946 a 1964, há um enxugamento na expansão dos direitos e das políticas sociais, sendo também consequência da conjuntura mundial, como a guerra fria que marca a polarização entre o capitalismo e o socialismo, e em decorrência da ditadura empresarial civil militar que assume um plano de modernização conservadora, repressiva e coercitiva, manifestando-se, dentre tantas expressões, pelo arrocho salarial. Bravo (2006, p. 6), afirma que:

Em face da “questão social” no período 64/74, o Estado utilizou para sua intervenção o binômio repressão-assistência, sendo a política assistencial ampliada, burocratizada e modernizada pela máquina estatal com a finalidade de aumentar o poder de regulação sobre a sociedade, suavizar as tensões sociais e conseguir legitimidade para o regime, como também servir de mecanismo de acumulação do capital.

No sentido de dar legitimidade à ditadura instaurada, há uma expansão das políticas sociais no país, entendendo que essa era uma forma de amenizar os contornos repressivos sobre a classe trabalhadora e suas intercorrências violentas, bem como a entrega do país ao capital estrangeiro estadunidense.

Behring e Boschetti (2009), destacam que as ditaduras que eclodem de um modo geral no território latino-americano, sendo que foram instauradas para controlar a economia do território, e no Brasil, durante o período ditatorial, surgem ações relacionadas a área social, como: a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e diversas ações ligadas a previdência de diversos segmentos da classe trabalhadora.

Quais são, então, as características da política social no período da ditadura militar? Para Faleiros (2000), no contexto de perdas das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 136).

Considerando as mais de duas décadas do período ditatorial em nosso país, e a fase para a chamada transição democrática, demarca que a principal legislação que norteia os direitos do povo brasileiro e a consolidação de importantes políticas públicas do país é a 5ª Constituição Federal Brasileira, que foi instituída em 1988 e promulga as principais contribuições para a construção do sistema de Seguridade Social: Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

A seguridade social brasileira, instituída com a Constituição brasileira de 1988, incorporou princípios desses dois modelos, ao restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e limitar a assistência social a quem dela necessitar (BOSCHETTI, 2006. p. 1).

De forma ampla, podemos dizer que a seguridade social é uma estrutura estratégica à organização social do trabalho e historicamente seu acesso é concedido via direito do trabalho, o que historicamente não se estende a maioria da população brasileira. A lógica da Seguridade Social no Brasil é instituída através da oferta dos serviços no âmbito das políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social, que se estrutura e ocorre a quem dela necessitar, universal e de forma contributiva, respectivamente.

Avançando no desfecho da análise e reflexões acerca do processo histórico do Estado e suas múltiplas formas e funcionalidades, necessita-se evidenciar ainda particularidades no que concerne às suas práticas, funcionalidade e ao cenário no Brasil. Como apontado anteriormente, Mariana-MG, cidade *locus* deste estudo, se gesta e se desenvolve ancorada a processos estruturais da economia capitalista dependente.

Para enfatizar tal contexto, utiliza-se das formulações de Bichir (2017, p. 41), autora que assume o referencial marxista para fundamentar e explicar tais relações, uma vez que “[...] entende o Estado em sua totalidade, em suas dimensões internas e externas e articula o político, o econômico e o social na análise deste complexo objeto”. Assim, a autora discorre sobre o nominado Estado capitalista dependente e menciona que ainda há poucos estudos sobre a funcionalidade do Estado nos países de capitalismo dependente, e que autores que retratam sobre a temática não promovem em sua maioria a singularização das práticas desenvolvidas nos países dependentes e as desenvolvidas nos países imperialistas.

Assim, segundo ela, para se promover uma análise real acerca do Estado é necessário considerar que a atuação do mesmo irá se diversificar de acordo com a conformação de cada

sociedade. Portanto, o Estado que analisamos possui em sua particularidade ações que visam a propagação e perpetuação do sistema vigente, e no caso da América Latina e do Brasil, a perpetuação da dependência.

Apoiada em autores como Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio Dos Santos, Bichir (2017, p. 43 – grifos originais) realiza a “[...] caracterização das relações de dependência que marcam as economias latino-americanas” destacando ainda que “[...] o Estado latino-americano pode ser caracterizado como dependente, e que tal Estado pode ser entendido como **uma forma específica de Estado**”.

No que se refere ao papel do Estado na reprodução da dependência, concordamos com a tese de Angelita Matos Souza, segundo a qual o Estado dependente é responsável por “[...] garantir as condições internas necessárias à reprodução das formas de dominação- subordinação imperialista” (SOUZA, 1995, p. 142), função que o distingue do Estado burguês dos países economicamente dominantes (BICHIR, 2017, p. 44).

Em conformidade com os estudos marxistas sobre o Estado, Bichir (2017) aponta a importante contribuição teórica de Jaime Osório no sentido de qualificar-caracterizar-refletir sobre o Estado na sociedade atual. Acentuando também que apesar de portar em sua estrutura o caráter dependente, tal situação não impediu que o Estado efetivasse cada vez mais benefícios em favor da burguesia.

Osório aponta dois elementos centrais que caracterizam os Estados no capitalismo dependente latino-americano. O primeiro deles é a soberania restringida desses Estados. Em um sistema mundial caracterizado pelo exercício desigual da soberania dos Estados, os Estados do capitalismo dependente podem ser definidos como sub soberanos. Isso não significa, segundo o autor, que falte algo a este Estado, mas sim que suas ações se encontram subordinadas às operações e decisões dos centros imperialistas. As classes sociais dominantes locais têm suas condições de reprodução condicionadas pelo capital imperialista e por seus projetos, o que reproduz a dependência e a subordinação. O outro elemento é a particularidade da exploração nas sociedades dependentes, a qual se sustenta na superexploração da força de trabalho, ou seja, na estrutural e permanente violação do valor da força de trabalho e na conversão de parte do fundo de consumo e de vida dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital. De acordo com Osório, esse processo implica o desenvolvimento de um capitalismo que agudiza os elementos de barbárie e reduz o campo das classes dominantes para estabelecer modalidades de domínio sustentadas em formas estáveis de consenso, o que explica a instabilidade democrática na região latino-americana, ameaçada sempre por processos que a fragilizam e por tendências autoritárias na história da região (OSÓRIO, 2014b *apud* Bichir, 2017, p. 51-52).

O que se entende, portanto, é que no capitalismo, o Estado vem promovendo nada mais nada menos que o favorecimento da burguesia e conseqüentemente, a perpetuação do modo de produção capitalista que tem essa classe como dominante. Isso se comprova através do seu papel na sociedade, através de suas ações e métodos de administração que reprimem cada vez mais e de modo violento a classe trabalhadora.

E é através do acirramento do contexto da luta de classes e da precarização da oferta de serviços públicos que instauram-se e acirram-se o que compreendemos e conceituamos por manifestações empíricas da violência, ou seja: a violência física, psicológica, moral, intelectual, patrimonial, sexual, o desemprego e a precarização laboral, a falta de moradia, educação, saúde, lazer, etc, isto é, a ausência e restrições ao acesso aos direitos sociais, em suma, os determinantes da superexploração da força de trabalho. Desta forma, tais manifestações configuram a violação dos direitos humanos.

Logo, faz-se importante pensar e reivindicar mecanismos que possam contribuir, ainda que sob os marcos da sociabilidade burguesa e da dependência, no enfrentamento a tais manifestações que se impõem no cotidiano e vida dos sujeitos – da classe trabalhadora.

## **2.2 Equipamentos públicos do município de Mariana-MG que atuam no enfrentamento às manifestações empíricas de violência**

Neste tópico, aponta-se para as respostas público-estatais destinadas à população como um todo através dos equipamentos e serviços públicos instituídos em Mariana. Por meio das políticas públicas, o Estado promove o controle e gerência da classe trabalhadora como destacado anteriormente e, contraditoriamente, atende demandas legítimas por meio do que chamamos de direitos sociais.

A Constituição Federal promulgada em 1998 determina os direitos e deveres de cada cidadão, inaugurando o período da democracia no Brasil após mais de duas décadas de regime ditatorial em nosso país. É um marco valioso no que se refere à garantia de direitos e passa a ser referência do exercício de um Estado democrático no país, por mais que seja entranhado de contradições classistas. O documento em seu artigo 1º dos princípios fundamentais destaca que:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (Vide Lei nº 13.874, de 2019); V - o pluralismo político (BRASIL, 1998).

No registro, evidencia-se importante fato histórico com a implementação da Seguridade Social, como aponta Delgado, Jaccoud e Nogueira (2009, p. 17), que afirmam que “[...] a definição da Seguridade Social como conceito organizador da proteção social brasileira foi uma das mais relevantes inovações do texto constitucional de 1988”.

Através das intermináveis lutas pela garantia de direitos, o Estado brasileiro instituiu a Seguridade Social baseada no tripé, saúde, previdência e assistência social, como resposta de enfrentamento à “questão social”, entendida como resultado da contradição capital x trabalho.

Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, relaciona as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 43).

Definida a Seguridade Social em nosso país, “[...] estimulava-se a criação de uma rede de proteção social ampla, integrada por diversas políticas sociais que combatem situações de carência” (DELGADO; JACCOUD e NOGUEIRA, 2009, p. 22). Sendo a saúde de caráter universal, a previdência contributiva e a assistência social destinada a quem dela precisar.

Para tanto, o Estado necessitaria de um profissional para atuar diretamente na execução de tais políticas e é diante deste marco que se “[...] instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão” (NETTO, 1996, p. 65).

Historicamente, o Serviço Social em suas primeiras manifestações está ligado ao assistencialismo e à caridade da igreja católica. A profissão não surge instantaneamente, mas da continuidade de ações inicialmente filantrópicas, tornando-se executora das políticas públicas e dessa forma uma profissão assalariada (NETTO, 1996).

A constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na “organização” da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já “organizadas”, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o envolver como que desenharia um *continuum* (NETTO, 1996, p. 65-66 – grifo do autor).

Para além da evolução da ajuda, a emergência do Serviço Social está mais fortemente relacionada ao desenvolver dos processos capitalistas que culminam em consequências para a classe trabalhadora como a perda de direitos (NETTO, 1996). Neste sentido, a/o assistente social é chamado para atuar nas manifestações das graves sequelas do sistema capitalista através das políticas públicas, nos espaços sócio-ocupacionais de trabalho.

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”;

vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular *juridicamente caucionada* e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos (NETTO, 1996, p. 69-70).

Em sua atuação profissional, enquanto trabalhador assalariado, os assistentes sociais possuem diversificados campos práticos, comportando particularidades em cada espaço sócio-ocupacional de trabalho. Assim, constata-se que a atuação destes profissionais irá se diversificar de acordo com o ambiente ao qual está inserido, as possíveis respostas ofertadas por cada instituição, as políticas e serviços públicos disponíveis, dentre outros.

Iamamoto (2009), através da pesquisa promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2005, tomando como “base dados do ano de 2004” (2009, p. 345), respalda sobre as instituições em que os assistentes sociais mais são requisitados para executar as políticas públicas.

[...]constata que, no nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam nas instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,9% federais. Assim, assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as instituições federais), seguido do “Terceiro Setor”, com 6,81% (englobando Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”) (IAMAMOTO, 2009, p. 345-346).

Em pesquisa recente realizada também pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022), destaca-se que basicamente esta configuração se mantém. Atualmente, de modo majoritário, as/os assistentes sociais estão empregadas/os no setor público (59,8%), com predominância da esfera municipal (43,59%), seguida da estadual (11,01%) e federal (5,20%). Verifica-se uma redução significativa nos números nas esferas estadual e federal em relação ao percentual encontrado na pesquisa de Iamamoto (2009), evidenciando “uma diversificação nas naturezas desses vínculos” como apontado pelo CFESS (2022).

Apontados, mesmo que pontualmente, os possíveis espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social em nosso país, direcionamos nossa reflexão para a particularidade de Mariana-MG, na qual serão destacados os equipamentos e serviços ofertados no município que atuam mediante o enfrentamento das mais variadas violações de direitos, processos de violência

resultantes do modo de produção capitalista e da condição de dependência à qual se encontra inserida a cidade.

Como discutido ao longo deste trabalho, as particularidades da cidade de Mariana-MG impõem consequências agressivas para a classe trabalhadora. Pertencer ao quadrilátero ferrífero, por exemplo, fomenta a exploração de forma predatória na região imprimindo sobre o território e à população graves e distintas formas de violências. Desta forma, são buscadas alternativas de “remediação”, atenuação deste cenário por parte do Estado, que através das políticas públicas oferta concessões de direitos para garantir também a perpetuação do ciclo reprodutivo da ordem do capital sem maiores intercorrências.

Mariana-MG possui em sua dinâmica organizacional do poder público (executivo), Secretarias que medeiam as relações internas, externas e com órgãos de todas as instâncias de poder. No total são 17 Secretarias Municipais, sendo: administração; controladoria geral; defesa social; desenvolvimento econômico; desenvolvimento rural; desenvolvimento social e cidadania; educação; esporte; fazenda; governo; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; obras e gestão urbana; patrimônio histórico, cultura, turismo e lazer; planejamento, suprimentos e transparência; procuradoria; saúde; transportes e estradas vicinais (MARIANA, 2022).

Destaca-se, que diante de sua condição histórica, neste território *lócus* de nosso estudo, há a perpetuação naturalizada da violência que é muito expressiva e afeta a cidade como um todo, ou seja, incide sobre as secretarias, órgãos, projetos, programas, equipamentos e suas formas de atuação.

Porém, há equipamentos reunidos em determinada secretaria que lidam expressiva e diretamente com a violência em suas mais amplas formas. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), “[...] faz parte de um conjunto de Secretarias do Município de Mariana, e tem como premissas a ética e a promoção da seguridade social estabelecida na Constituição Federal de 1988” (SEDESC, 2018, p. 28).

A SEDESC versa sobre as questões relacionadas à assistência social, uma política social garantida na Constituição Federal por meio da Seguridade Social e norteia-se pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (SEDESC, 2018) para executar suas ações.

A assistência social, enquanto política da Seguridade Social no Brasil, vem sendo “[...] regulamentada intensivamente pelo Governo Federal, com aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004) e



do Sistema Único de Assistência Social (2005)” (CFESS, 2011, p. 6). Para tanto, no município de Mariana-MG, buscando atender efetivamente às demandas da população, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) subdivide-se em níveis de proteção social, sendo eles: básica, média e alta complexidade. De acordo com a SEDESC (2018, p. 28), de forma geral, tem-se no município:

O SUAS de Mariana é composto por 02 equipamentos de CRAS (Colina, Cabanas), 02 Equipes Volantes (Volante Bairros e Volante Distritos), 02 Centros de convivência (CRIA E RECRIAVIDA), 01 CREAS, 03 Unidades de Acolhimento Institucional (criança, adolescente e adulto homem), 01 Programa de Formação Profissional, 02 Programas de Inclusão Produtiva (Renda Mínima e Ativa Idade), 01 setor do Programa Bolsa Família e 01 Coordenadoria de Habitação.

Para elencar os equipamentos que atuam no enfrentamento às manifestações da violência na região, utiliza-se como referência consultiva e documental o Plano Municipal de Assistência Social (SEDESC, 2018). Porém, é de suma importância destacar que os equipamentos, programas e serviços que serão listados a seguir possuem diversas contradições no que se refere à disponibilidade, funcionalidade, distribuição e acesso. Há, portanto, diversas problemáticas que culminam na execução destes de forma precária e por vezes até divergente da descrição do plano, como por exemplo, falta de financiamento, falta de técnicos e/ou contratações temporárias, seletividade, predileção, dentre outros.

A proteção social básica “[...] visa prevenir situações de risco e vulnerabilidade social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (SEDESC, 2018, p. 28), através de projetos, programas, benefícios e serviços da Assistência Social.

Em Mariana, integram a proteção social básica os CRAS (02), apontados como a “principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social” (SEDESC, 2018, p. 28), além de mais (02) Equipes Volantes (Bairros e Distritos) que se organizam da mesma forma que os CRAS, com equipe mínima de referência, sede e coordenação próprias.

O CRAS Colina, de acordo com a Sedesc (2018), atendia até o momento da construção do documento, cerca de 1.387 famílias com equipe mínima estruturada da seguinte forma: 01 coordenadora; 03 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas; 01 Terapeuta Ocupacional (licença); 01 Educadora Social de nível superior na especialidade de Serviço Social; 02 Educadoras social de nível médio . Já no CRAS Cabanas estima-se cerca de 2.142 atendidas com equipe técnica composta por 01 coordenadora; 04 assistentes sociais e 01 terapeuta ocupacional.

O CRAS Volante Bairros conta com 01 coordenadora; 04 Assistentes Sociais; 02 Psicólogas e 01 Educadora social de nível médio, atendendo cerca de 3.200 famílias. O CRAS

Volante Distritos possui 01 Coordenadora; 04 Assistentes Sociais (01 em licença); 03 Psicólogas; 01 Educador Social de nível médio (licença), atendendo 2.500 famílias dos respectivos distritos e subdistritos de Mariana.

Nas unidades dos CRAS é desenvolvido o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), que possui a finalidade de prevenir as situações de vulnerabilidade e risco social. Através de “[...] atendimento às famílias, visitas domiciliares, orientações e encaminhamento a outros serviços e políticas sociais, tais como Saúde e Educação” (SEDESC, 2018, p. 31). Em relação ao PAIF, é destacado no Plano Municipal:

É um serviço de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos e a violência no âmbito de suas relações, garantindo à convivência familiar e comunitária, promover seu acesso a direitos e usufruto deles e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Identificar e fortalecer os recursos disponíveis das famílias na busca de desenvolvimento de suas potencialidades, organização, participação social, entre outras (SEDESC, 2018, p.30-31).

Ainda na Proteção Social Básica, tem-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), complementando as ações desenvolvidas com as famílias pelo PAIF. No município, o serviço possui sede própria e realiza atividades coletivas com diferentes grupos de pessoas.

O intuito destes serviços é a participação de crianças, jovens e adultos; pessoas com deficiência; pessoas que sofreram violência, vítimas de trabalho infantil, jovens e crianças fora da escola, jovens que cumprem medidas socioeducativas, idosos sem amparo da família e da comunidade ou sem acesso a serviços sociais (PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2018-2021, p. 31).

Cabe ainda neste nível de complexidade, apontar o Centro de Referência da Infância e da Adolescência (CRIA), que conta com um espaço bastante favorável para o desenvolvimento das atividades destinadas às crianças e adolescentes. O objetivo deste espaço é “[...] promover a formação cidadã e o protagonismo juvenil, a fim de desenvolver o potencial dos usuários, promover a autoestima e fortalecer o vínculo com a família, a escola e a comunidade” (SEDESC, 2018, p. 32). São ofertadas atividades, como por exemplo, futebol, dança, percussão, artesanato, e etc, contando com um número de aproximadamente 253 usuários.

Cabe ressaltar a importância da disponibilidade destas atividades para crianças e adolescentes, principalmente de forma gratuita, pois auxiliam na retirada das crianças das ruas (o que não resolve o problema como um todo se há ausência de políticas públicas, bons salários, dentre outras condições, porém seria o início de uma longa caminhada) e também no distanciamento das mais variadas formas de violências e mazelas sociais. Por exemplo, o tráfico de drogas, situações que as crianças e os adolescentes ficam à mercê quando não estão no período escolar ou em suas residências.

Além deste último, tem-se ainda atividades voltadas para a população idosa no chamado Centro de Referência do Idoso (RECRIVIDA), objetivando “[...] contribuir para o processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo” (SEDESC, 2018, p. 33). Das atividades desenvolvidas pode-se destacar atividade física, oficina da memória, hidroginástica, dentre outras, contando com um número bem expressivo, cerca de 510 idosos.

Por fim, destaca-se a existência dos programas de Inclusão Produtiva, que abrangem o Programa Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher na qual são disponibilizadas atividades nos equipamentos e serviços do Município com carga horária de 04 horas por dia. O Programa Ativa Idade objetiva, por sua vez, auxiliar “[...] homens e mulheres que estejam em idade produtiva e com dificuldade de empregabilidade. Através da oferta de oportunidade de trabalho, com carga horária de 04 horas diárias em atividades remuneradas” (SEDESC, 2018, p. 34). Desde que não estejam sendo beneficiados por outros programas sociais.

No que se refere a estes programas, pontua-se que as ideias intentam ser formas de enfrentamento às diversas violações de direitos, auxiliando as mulheres na busca de certa autonomia financeira, possibilitando um contato e inserção no mercado de trabalho e também experiência profissional. Porém, é notório que os programas de inclusão produtiva não executam as atividades como programadas, e isso se deve à diversas questões, como por exemplo: falta de investimento público, seletividade, burocracia, dentre outros.

Há que se pensar ainda, sobre a real efetividade desses programas em relação ao valor do benefício pago, que atualmente é de meio salário-mínimo. Neste quesito, surgem dificuldades, principalmente às mulheres, visto que muitas não possuem rede de apoio para deixar os filhos durante as horas de trabalho que devem prestar via programa de inclusão produtiva. Além disso, outra questão que se explicita é a exploração da força de trabalho destas beneficiárias, uma vez que o setor de serviços gerais, ou seja, a limpeza dos equipamentos públicos e de ruas é realizada por elas, o que significa e conforma um contexto de precarização laboral nas atividades públicas considerando a ausência de quadro profissional efetivo para tais atividades.

A partir do que já foi problematizado e refletido nas páginas anteriores, a requisição de trabalho das beneficiárias do programa, da forma como ocorre, é uma questão passível de reflexões e questionamentos, e que se não perpetuam processos de violência, também não os rompem.

Tem-se ainda o Programa Formação Profissional, destinado a jovens de 16 a 21 anos, que se encaixam nos pré-requisitos estabelecidos, tais como: estarem cursando ou ter concluído o ensino médio e que façam parte de famílias em situação de vulnerabilidade social.

O objetivo é oferecer qualificação, capacitação e readequação profissional, bem como meios de promoção das iniciativas de formação de arranjos produtivos e geração de rendas alternativas. Os inscritos participam de uma série de cursos de capacitação, qualificação e experiência profissional, que é concebido e coordenado pela SEDESC. O tempo de permanência do beneficiário ficará restrito ao prazo de 12 meses, podendo ser prolongado por igual prazo de acordo com parecer técnico (SEDESC, 2018-2021, p. 34).

Feitas estas explanações sobre a proteção social básica, direcionamos nossas reflexões para a Proteção Social Especial, que é dividida em média e alta complexidade. Os equipamentos, programas e serviços deste nível lidam cotidianamente com violações de direitos dos usuários que chegam através de encaminhamentos de outros setores, tais como: saúde, guarda municipal, demais unidades da assistência social e até mesmo por demandas espontâneas dos/as próprios/as usuários/as.

A Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, entre outras situações de violação dos direitos. Na proteção social especial, há dois níveis de complexidade: média e alta (SEDESC, 2018, p. 35).

Na média complexidade, cita-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no qual o município conta com apenas 01 equipamento, localizado na região central. Em sua funcionalidade, o CREAS “[...] desenvolve o PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e o Serviço de Abordagem Social” (SEDESC, 2018, p. 35).

Sua equipe mínima de atuação é composta, segundo o Plano Municipal elaborado em 2018 e válido até 2021, por 01 Coordenadora Nível superior; 02 Assistentes Sociais; 03 Psicólogos; 01 Terapeuta Ocupacional; 04 Educadores de nível médio; 01 Estagiário de nível superior; 01 Agente administrativo. Porém destaca-se que estas informações sofreram alterações e que a equipe atualmente foi modificada e está mais ampla, no entanto, possivelmente por vínculos empregatícios precários.

A equipe mínima do CREAS atende a sede, distritos e subdistritos e por se tratar de uma cidade em que as expressões da questão social estão cada vez mais acirradas devido a contradição capital x trabalho, além de sua principal manifestação no território que é a

mineração predatória, estima-se que haja sobrecarga<sup>1</sup> dos técnicos em relação às demandas surgidas.

Dentre as manifestações de violência que chegam até o equipamento em formas de demandas, destacam-se algumas como, violação de direitos das mulheres (as mais variadas formas de violência como física, verbal, sexual, etc); violação dos direitos dos idosos (como maus tratos, abandono familiar); violação dos direitos das crianças e adolescentes (violência sexual, abandono familiar, exploração infantil) e falta de moradia são algumas das demandas que chegam à unidade do CREAS. Neste equipamento são realizadas atividades em grupo a partir dos segmentos: mulheres, crianças e idosos. Estas ações em grupo qualificam as relações sociais, o compartilhamento de histórias de vida, dentre outras questões que precisam ser enfrentadas para a superação da situação de violação de direitos, violência.

Um outro equipamento deste nível de proteção social é o Centro POP, que destina-se ao atendimento especializado de pessoas que se encontram em situação de rua. Mariana conta com 01 equipamento, localizado também na região central da cidade. O Centro POP deve realizar “[...] atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua” (SEDESC, 2018, p. 35). O Centro POP possui grande importância no que se refere a acolhida de pessoas em situações de rua, bem como no acompanhamento de como se encontra o indivíduo, realizando, se necessário, encaminhamentos para outros setores e serviços.

Destacamos que ambos os equipamentos contribuem no enfrentamento aos processos de violência a partir do momento em que promovem ambientes de acolhida e buscam a resolução dos variados conflitos e violações de direitos que se impõem na vida dos usuários.

Acerca da alta complexidade, pontua-se que este âmbito oferece proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos. O município possui 03 unidades de acolhimento institucional, sendo eles, “[...] para crianças de ambos os sexos e

---

<sup>1</sup> Tal percepção foi observada durante o percurso de estágio no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, na cidade de Mariana - MG, no período compreendido entre Julho de 2021 à Julho de 2022. As demandas chegam de diversas formas, seja encaminhamento de outros setores e/ou demandas espontâneas acarretando um fluxo de atendimento bastante expressivo para cada profissional. Há casos que necessitam ser trabalhados em conjunto, por exemplo, entre assistentes sociais e psicólogos, de tão complexos. Outra preocupação são os casos dos distritos e subdistritos, por estarem mais longes da sede demandam maior tempo e disponibilidade por parte dos técnicos que por vezes precisam se deslocar para a realização dos atendimentos.

adolescentes do sexo feminino, uma para adolescentes do sexo masculino e uma para homens população em situação de rua” (SEDESC, 2018, p. 36).

Importante enfatizar que não há no município uma unidade de acolhimento institucional destinada às mulheres que estejam, seja em situação de rua, sofrendo violações de direitos, em situação de violência doméstica ou correndo risco de vida. Há movimentação no sentido da implementação deste equipamento<sup>2</sup>, bastante requisitado, mas por enquanto não há previsão de concretização.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora também integra os equipamentos da alta complexidade, havendo a existência de 01 unidade em Mariana, com sala própria, que em sua estrutura física não comporta as atividades que são pensadas para o serviço, mas mesmo diante disto, os técnicos têm garantido o funcionamento do mesmo.

O Família Acolhedora “[...] é responsável por selecionar, capacitar e cadastrar famílias interessadas em participar do acolhimento, bem como habilitá-las e proceder ao acompanhamento delas” (SEDESC, 2018, p. 37). Proporcionando, desta forma, ao acolhido um ambiente estável e de encontro ao seu bem-estar.

Este programa possui forte contribuição no sentido do enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, visto que estas crianças são retiradas de suas famílias quando passam por alguma situação de violação de direitos. O Família Acolhedora destina às crianças a outras famílias até que as mesmas possam voltar para suas famílias de origem (que é o ideal), realizando o trabalho de prevenção para que não venha a ocorrer novas formas de violências.

Complementando os serviços e equipamentos já listados, destaca-se em sequência a existência da Vigilância Socioassistencial implementada em Mariana, em 2017. Este setor é responsável por prevenir e identificar através de dados, estudos e etc, as situações de risco e vulnerabilidade social e é um instrumento da proteção social básica e especial.

A vigilância Socioassistencial de acordo com a Norma Operacional Básica do SUAS aprovada em 2012 - NOB 2012, em seu artigo 1º é definida como uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos (BRASIL, 2012).

---

<sup>2</sup> Informação identificada durante o período de estágio no CREAS - Mariana, no qual houve participação em reuniões para se pensar a implantação do equipamento, que ocorreria através de Consórcio já existente, chamado Consórcio Mulheres das Gerais, o que não foi possível de se concretizar. Então, foi pensado na criação de um novo consórcio com as cidades próximas: Ouro Preto, Itabirito, dentre outras, porém até o momento não se tem maiores informações da efetivação dessa proposta.

Os diagnósticos são obtidos através da interação da rede como um todo, portanto a Vigilância é um setor que necessita atuar em alinhamento aos demais equipamentos a fim de conseguir promover um trabalho efetivo e de qualidade.

Distintas formas de violência recaem sobre a classe trabalhadora e de forma seletiva, focalizada e orientada somente pelos mínimos sociais, o Estado promove a concessão de direitos através das políticas públicas. Cita-se como exemplo dessa forma de atuação o Programa de Transferência de Renda através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), uma vez que permite “[...] que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras” (SEDESC, 2018, p. 39).

O Cadastro Único disponibilizava informações que serviam de base para a inserção de indivíduos e famílias em programas sociais como, por exemplo, o extinto Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi desenvolvido pelo MDS no ano de 2004, em substituição ao Bolsa Escola e Auxílio Gás, o programa tem o objetivo de melhorar a vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Para o PBF atualmente são consideradas famílias em: Situação de Extrema Pobreza, mesmo que não tenham crianças ou adolescentes em sua composição; Situação de Pobreza e que necessariamente tenham crianças, adolescentes, gestantes ou nutrízes em sua composição. Para se cadastrar a família deve realizar a inscrição no Cadastro Único munido da documentação de todos os componentes da família, informar corretamente todos os dados da família e aguardar a liberação do benefício que é realizado pelo MDS (SEDESC, 2018, p. 40).

Cabe destacar que este programa foi remodelado e desde novembro de 2021 é chamado de Auxílio Brasil. Segundo fontes oficiais do governo federal, “[...] integra em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda” (BRASIL, 2022). No entanto, destacamos que foi criado pelo atual governo sem planejamento efetivo, em período de pandemia e se aproximando de ano eleitoral, o que nos deixa alerta sobre sua conformação e intenção de funcionamento.

O novo auxílio possui diversas problemáticas e destruiu um programa que já existia há anos no Brasil e significa a regressão dos direitos conquistados.

Apresentou um programa que destruiu um caminho de crescimento e evolução da política de renda no Brasil, devastou a condição de pacto entre estados e municípios, acabou com a busca ativa dos mais pobres e fundamentalmente, de garantir a equidade entre os beneficiários. Equidade porque, ao uniformizar o benefício, o governo não garante que uma família de mais pessoas tenha uma renda mínima, recebendo os mesmos R\$400,00 do que uma família unipessoal (CARVALHO, 2022).

Cabe ainda, mencionar o Conselho Tutelar, uma vez que constitui papel fundamental no enfrentamento às violações de direitos das crianças e adolescentes. “Em Mariana foi criado

pela Lei Municipal nº 1.279/97 e é composto por cinco membros, que se submetem a três etapas eliminatórias em seu processo de escolha para exercer a função” (SEDESC, 2018, p. 41). O Conselho Tutelar atua através de denúncias em sua grande maioria, e a partir destas na identificação das diversas situações de violência e violações de direitos que incidem sobre as crianças e adolescentes do município, promovendo encaminhamentos à rede socioassistencial e demais setores diante de cada demanda específica. Atua no território de Mariana, no contexto de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, participando do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), propondo ações, aplicando medidas de proteção quando necessário e encaminhamentos que visem o bem-estar e segurança destes indivíduos. O Conselho Tutelar pode ainda propor atividades com a comunidade para conscientização e propagação dos direitos da infância e adolescência, sobre as formas de prevenção das violências e sobre os canais de denúncias.

Trazendo para a reflexão outra política social pública, podemos dizer que no âmbito da habitação são encontrados diversos problemas e violações de direitos, especialmente ao direito à moradia digna no município, o que desencadeia situações de ocupação irregular, principalmente em áreas de riscos geológicos. Buscando evitar tal situação, Mariana instituiu o Departamento de Atenção à Habitação, que objetiva “[...] a definição de prioridades, ações, estratégias e política habitacional a serem desenvolvidas no município, a curto, médio e longo prazo” (SEDESC, 2018, p. 42).

A cidade tem sofrido com um inchaço populacional, o que tem contribuído para o aumento das violências locais. Esse fluxo migratório em decorrência da mineração se depara com a falta de moradia ou com os altos preços dos aluguéis na cidade, elevados justamente em consequência da mineração. Aponta-se, portanto, que o setor habitacional na cidade não tem funcionado de forma efetiva para garantir moradia digna à população. É necessário que este âmbito promova processos de urbanização que atendam principalmente a população de baixa renda, vindo a diminuir ou mitigar as violações de direito neste âmbito.

Importa evidenciar, ainda, que para garantir a gerência de todos os serviços, programas e equipamentos, a prefeitura estabeleceu a criação dos Conselhos Municipais, que de certa forma, garantindo sua autonomia de ação, são vinculados às Secretarias Municipais e segmentos/políticas sociais que atendem e ofertam. “Os conselhos têm como função fiscalizar, propor, debater, controlar e deliberar as políticas públicas voltadas aos serviços de assistência social” (MARIANA, 2022).



Objetivando um melhor controle nas políticas sociais públicas da cidade e garantindo que estas cheguem à população de forma mais ampliada. Pois, “na maioria das vezes é o Conselho Municipal de cada área que aprova uma lei ou uma ação que o município queira tomar sobre um determinado assunto” (MARIANA,2022).

A Prefeitura de Mariana, criou no dia 22 de março de 2022, a Casa dos Conselhos objetivando com esta implementação a administração de todos os Conselhos Municipais.

Na Casa dos Conselhos podem ser realizadas denúncias de violações de direitos com os públicos de criança e adolescente, mulher, idoso, bem como todas as outras pautas de violações que possam acometer qualquer indivíduo e até mesmo denúncias que tangem os atendimentos em serviços públicos (MARIANA, 2022).

Faz-se necessário ainda, sinalizar acerca de outros equipamentos que atuam diretamente no enfrentamento dos processos de violência que ocorrem no município, os equipamentos de segurança, tais como: a Polícia, Guarda Municipal, Delegacias. Destacamos que em Mariana foi instituído o Programa Patrulha Maria da Penha pela Guarda Municipal.

O programa consiste no cadastramento e na disponibilização de um dispositivo eletrônico de GPS para rastreamento e acompanhamento de mulheres em situação de violência doméstica e é um importante passo para as políticas públicas e enfrentamento a este tipo de agressão (MARIANA, 2022).

Nesse bojo, cabe mencionar a recente implantação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no município vizinho de Ouro Preto. Este fato é uma conquista no que se refere à proteção de mulheres vítimas de violência. O equipamento atende Ouro Preto e demais municípios da região, como Mariana.

Por fim, neste âmbito é importante evidenciar as delegacias que são órgãos responsáveis por atuar na resolução de vários processos de violência, tais como: roubos, furtos, homicídios, e outros. Porém, estes equipamentos, que em sua funcionalidade deveriam atuar na prevenção de tais violações, vem reproduzindo cenários de violência. Exemplo recente é a morte do estudante Charles Wallace dos Reis Aguiar, de 23 anos. Charles, estudante da Universidade Federal de Ouro Preto, foi detido em Mariana, na noite do dia 22 de agosto de 2022, após uma briga com seu namorado. Em seguida, ele foi levado a delegacia da cidade de Ouro Preto e na madrugada do domingo (21/08/2022), foi encontrado sem vida dentro da própria cela (COSTA, 2022).

Este ocorrido é mais um exemplo de que tais instituições de segurança estão mais atreladas à defesa desta ordem societária capitalista e da propriedade privada, do que ao bem-estar coletivo e segurança da população.

Para além das organizações governamentais, Mariana possui relação com entidades não governamentais que “[...] ofertam serviços e atividades da Proteção Básica e Especial, algumas com parte financiada pelo Município” (SEDESC, 2018, p.42).

As instituições/entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) são os seguintes: Lar Santa Maria; APAE; Comunidade da Figueira; Projeto Social Alferes; Casa da Criança - Jesus, Maria e José; Centro de Integração Familiar; Casa Lar Estrela; Associação Comunitária Padre Viegas; Associação Clube Osquindô; Instituto Marianense de Socialização pelo Esporte; Projeto Bombom (SEDESC, 2018, p. 43).

Assim se configura a rede socioassistencial de Mariana. São em sua estrutura espaços de enfrentamento aos processos de violência e têm propiciado, mesmo que de modo precário, a intervenção nas expressões da “questão social” na região, nas quais a violência em suas múltiplas manifestações é uma das mais agravadas.

Destacamos que a situação de Mariana, em relação à violência, é preocupante, configurando-se juntamente com Itabirito, os municípios que estão cada vez mais violentos no estado de Minas Gerais. De acordo com pesquisa divulgada por um jornal local, baseado em dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Mariana em 2019 superou a capital do Estado no que se refere ao aumento da violência<sup>3</sup> (O ESPETO, 2022).

Há muito o que agregar para que tais políticas públicas não cumpram apenas com o propósito de sua instauração pelo Estado, servindo reduzidamente como atenuadoras das contradições próprias do modo de produção capitalista vigente. É preciso potencializar a rede de atendimentos para que os processos de violência no município não tomem proporções ainda maiores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de violência constituem uma das expressões da “questão social” e, em destaque, em Mariana estas possuem forte relação com a atividade minerária. É notório através das contribuições realizadas ao longo do trabalho que a cidade enfrenta grandes consequências cotidianas ocorridas da falsa ideiação que a mineração é benéfica para a população e para a

---

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <<https://jornaloespeto.com.br/2022/10/07/pesquisa-revela-aumento-da-violencia-em-mariana-e-itabirito/>>

região. Deixando as “portas abertas” para que a extração mineral ocorra de forma irresponsável e predatória.

A violência, como apontado, gesta os processos capitalistas tecendo um cenário na qual a perpetuação de tais processos se dá de forma impetuosa sobre a classe trabalhadora promovendo maior exploração da força de trabalho e acirrando o embate entre as duas classes sociais fundamentais, burguesia e proletariado.

Através da revisão bibliográfica pôde-se dar sustentação às afirmações feitas ao longo do trabalho, tratando a mineração predatória sob o regime do capital como responsável (não a única, mas com ampla responsabilidade) pelas situações de violações de direitos que chegam (ou não) aos equipamentos públicos em busca de respostas e atendimento.

Podemos dizer que o Estado atua como uma mediação de perpetuação da sociabilidade burguesa, e em Mariana não seria diferente. Percebe-se a ausência do Estado em vários sentidos quando se trata da classe trabalhadora: precarização das políticas públicas, coerção, falta de investimentos públicos, etc. Já quando se trata da classe dominante, especialmente do capital e seus expoentes no setor da mineração, observa-se que o Estado “fecha os olhos” para inúmeras irregularidades, atenua embates e requisições ao setor, ou seja, torna-se conivente com os interesses dessa classe social.

Mariana, mais especificamente a classe trabalhadora do município, tem sofrido com tal contexto. Do rompimento/crime da barragem de Fundão até as mais variadas e graves violações de direitos que ocorrem cotidianamente. Atualmente, uma situação que se destaca é o grande contingente de pessoas vindas de outros estados para a cidade, alegando vir em busca de trabalho no setor da mineração, ou na construção civil, atividade requisitada no contexto de reconstrução dos distritos destruídos pelo rompimento/crime.

Esta população migrante<sup>4</sup> diverge com a população local, seja por questões de costumes diferentes, moradias em falta e demais situações cotidianas. Ou até mesmo, entre a própria população migrante ocorrem conflitos entre casais que desencadeiam em situações de violência doméstica, situações de exploração e/ou abuso sexual são possíveis de acontecer (e estão acontecendo), dentre outras situações que necessitarão de intervenção das políticas públicas. Ou seja, além de atender as demandas locais, os equipamentos se deparam com as demandas desse contingente populacional que tem inflado o município.

São diversas e agravadas as consequências que o atual modelo de mineração tem promovido, que somadas às marcas sangrentas da escravidão e à dinâmica do capitalismo

---

<sup>4</sup> ALCÂNTARA, 2018.

dependente, geram amplo campo de reprodução da violência, e portanto, a rede socioassistencial do município necessita estar bem articulada para prestar respostas através das mínimas políticas que são concedidas/ofertadas pelo Estado.

Compreender as particularidades do território em que se vive, estuda e/ou trabalha é de fundamental importância. Analisar o contexto histórico e social da região permite o entendimento das marcas herdadas e da funcionalidade das relações sociais tal qual conhecemos atualmente.

Sendo parte de um projeto de iniciação científica, este trabalho intenta ainda contribuir com a profissão de Serviço Social no que se refere à produção de conhecimento acerca dos processos de violência em municípios minerados, possibilitando o estudo das origens e causas dos processos de violência existentes no território.

O enfrentamento das expressões da “questão social”, em estudo a violência, ao encontrar bases teóricas que fundamentam tais respostas, tornam os profissionais cada vez mais preparados e qualificados, no sentido de buscar compreender não somente as demandas imediatas, mas buscar as raízes do problema.

Portanto, considera-se de extrema importância elaborar estudos e pesquisas que retratem o quanto a atividade minerária é promotora e desencadeia processos de violência. Entende-se que, permanecendo em vigência e ampla expansão este atual modelo de mineração extrativista não será possível a superação da violação dos direitos da classe trabalhadora e menos ainda se desvencilhar da situação de dependência que ocorre há séculos neste território.

Estima-se que este trabalho contribua para entendimento acerca das particularidades de Mariana, bem como o desenvolvimento de novas pesquisas na área, auxiliando nos processos de trabalho das assistentes sociais e de forma ampla na luta da classe trabalhadora contra a violência e suas diversas expressões.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALCÂNTARA, Renan Mapa de. Contribuição para o estudo dos fluxos migratórios no município de Mariana-MG no início do século XXI [manuscrito] / Renan Mapa de Alcântara – 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. 6º ed. – São Paulo: 2009. - (Biblioteca básica do serviço social; v.2).

BERTOLLO, Kathiúça. O rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG após 03 anos: considerações sobre um “crime que se renova. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.22 n.41, p.237-251, jul./dez. 2018

BERTOLLO, Kathiúça. O enfrentamento à mineração extrativista no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais: considerações sobre o surgimento, constituição e atuação da flama. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.13, n.2, p.316-342, ago.2021.

BICHIR, Maíra Machado. *A questão do Estado na teoria marxista da dependência.*- Campinas, SP: [s.n], 2017.

BOSCHETTI, I. *Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social.* Brasília: Letras Livres/Editora da UnB, 2006.

BRASIL, **Lei 12.986 de 2 de Junho de 2014.** Brasília, 2 de junho de 2014. Disponível em: <[BRASIL, \*\*Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB- SUAS.\*\* Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS. 2012](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/112986.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.986%2C%20DE%20%20DE%20JUNHO%20DE%202014.&text=Transforma%20o%20Conselho%20de%20Defesa,1971%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.> . Acesso em: 25/10/2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BRASIL, 2022. **O que é o Auxílio Brasil?** Ministério da Cidadania. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil#saiba-mais>> . Acesso em : 11/10/2022.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In. MOTA, Ana Elizabete (et al) Orgs. *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.* ABEPSS/OPAS, 2006.

CARVALHO, Paola. Auxílio Brasil não é capaz de resolver o problema da fome. 07/06/2022. Disponível em: <<https://caterinas.info/columas/auxilio-brasil-nao-e-capaz-de-resolver-o-problema-da-fome/>> . Acesso em: 11/10/2022.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020.

CASTELO, Rodrigo. A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021.

Coelho, T. P. (2017) *Minério-dependência e alternativas em economias locais.* Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(3), 1-8.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. “Por que sou um chefe de família e o Senhor da Minha Casa”: proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX.

Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX: o que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos. 2006.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília (DF), 2011.

CFESS. **Perfil de assistentes sociais no Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília (DF), 2022.

COSTA, Maicon. **Estudante é encontrado morto dentro de cela de delegacia em Ouro Preto**. Estado de Minas, 25/08/2022. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/08/25/interna\\_gerais,1388927/estudante-e-encontrado-morto-dentro-de-cela-de-delegacia-em-ouro-preto.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/08/25/interna_gerais,1388927/estudante-e-encontrado-morto-dentro-de-cela-de-delegacia-em-ouro-preto.shtml)> . Acesso em: 11/10/2022.

DELGADO, Guilherme Costa; JACCOUD, Luciana de Barros; NOGUEIRA, Roberto Passos. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise, Brasília, v. 1, n. 17, 2009.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 21º ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. Os Espaços Sócio-ocupacionais do Assistente Social. CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

IANNI, Octávio. Violence in contemporary society. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARIANA. **Conheça um pouco da História de Mariana: A primeira cidade de Minas**. Disponível em: <<https://www.mariana.mg.gov.br/historico>> Acesso em: 13 de set. de 2022.

MARIANA. **Secretarias**. Disponível em: <<https://www.mariana.mg.gov.br/secretarias>>. Acesso em: 04/10/2022.

MARIANA. **Conselhos Municipais de Controle Social recebem novo espaço**. Disponível em: <<https://mariana.mg.gov.br/noticia/6943/conselhos-municipais-de-controle-social-recebem-novo-espaco>> . Acesso em: 05/10/2022.

MARIANA, **Evento de lançamento do Programa Patrulha Maria da Penha pela Guarda Civil Municipal de Mariana**. Disponível em: <<https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/6542/evento-de-lancamento-do-programa-patrolha-maria-da-penha-pela-guarda-civil-municipal-de-mariana>> . Acesso em: 11/10/2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência/ uma antologia de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader - Petrópolis RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000

MARTINS, Roberto Borges. Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX / Roberto B. Martins. – Belo Horizonte: ICAM: ABPHE, 2018.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro 1. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOTA, A. "Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiadora." Em Pauta , n. 20 de dezembro de 2007, pp. 126+. Gale OneFile: Informe Acadêmico. Disponível em: [link.gale.com/apps/doc/A372451255/IFME?u=googlescholar&sid=bookmark-IFME&xid=4634887f](https://link.gale.com/apps/doc/A372451255/IFME?u=googlescholar&sid=bookmark-IFME&xid=4634887f). Acesso em 5 de setembro de 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. - (Biblioteca básica de serviço social; v 1).

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social / José Paulo Netto – 2. ed. - São Paulo: Cortez, 1996.

O capital - Livro I - crítica da economia política. O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. MARX

Pesquisa revela aumento violência em Mariana e Itabirito. **O Espeto**, Mariana, Ano XXII - nº 716, 06 de Outubro de 2022. Disponível em: <https://jornaloespeto.com.br/2022/10/07/pesquisa-revela-aumento-da-violencia-em-mariana-e-itabirito/> . Acesso em: 11/10/2022.

SANTOS, Bárbara Bento dos. **O fenômeno da violência no capitalismo: da gênese à sua consolidação**. GT7: Trabalho, flexibilização e precarização, 2017.

SEDESC. **Plano Municipal de Assistência Social de Mariana - MG. Mariana, 2018-2021**.

SIMIONATTO, I. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. Ser Social, Brasília, n. 19, p. 31-58, jul./dez. 2006.

SOUZA, Aderlaine Patrícia de. Artes, ofícios e escravidão: Vila Rica e Mariana no século XVIII. Monografia de Bacharelado. Departamento de história. Mariana, 2003.

VIEIRA, Monique Soares. Capitalismo contemporâneo brasileiro: a fábrica de violência. In: Revista de assuntos interdisciplinares. V.1, n.1, set-dez, 2018.